

Tribuna da Luta Operária

ANO VI - Nº 211 - DE 8 A 14 DE ABRIL DE 1985

Cr\$ 1000



Mais povo na luta pelo PC do B legal



Com mais de três mil pessoas na manifestação de Salvador (foto acima), dois mil em Goiânia (à esquerda) e dois mil no Rio (à direita, convocação do ato na rua), a campanha da legalidade colhe novos êxitos. Estes atos e mais os de São Luís e Aracaju estão na página 10.

Procurador da Nova República pede: CADEIA PARA CORRUPPTOS DO BRASILINVEST

O procurador da República, Antônio Augusto Ribeiro pediu formalmente terça-feira, dia 2, a prisão do testa-de-ferro do capital estrangeiro Mário Garnero, e seus sócios, envol-

vidos até o pescoço na roubalheira do Brasilinvest. Cria-se assim a expectativa inédita, de que um "peixe grande" da corrupção possa ir parar atrás das grades. Leia na página 3.

Agente do FMI proibida de xeretar no Palácio

Novo governo veta trânsito de Ana Maria Jul no Palácio do Planalto. Pág. 3

EDITORIAL

O conflito social

Nos últimos 21 anos qualquer greve era tratada como caso de polícia. Os generais consideravam "perturbação da ordem" até as elementares reivindicações dos trabalhadores por melhores salários. Herança deste comportamento foi o tratamento dado em Brasília pelo secretário de Segurança coronel Lauro Rieth, ao movimento dos motoristas. A polícia reprimiu grevistas e jornalistas no velho estilo da ditadura.

Logo a seguir — em boa hora — o presidente em exercício, José Sarney, exonerou o governador da capital, José Ornelas, também coronel, que ainda não tinha sido substituído, em virtude da doença de Tancredo, e que se solidarizara com o coronel Rieth. Desta forma abre-se caminho para nomear outro secretário de Segurança e afinar Brasília com os parâmetros da Nova República. O ministro do Interior, Costa Couto, que assumiu provisoriamente o governo do Distrito Federal, já declarou que tratará as greves de forma democrática.

Do arrocho a que foram submetidos os trabalhadores gerou uma situação social dramática. Agora, com o avanço da liberdade, vêm à tona as exigências dos oprimidos contra a fome e o desemprego. Surgem as greves como recurso legítimo para pressionar os patrões. Com justa razão os trabalhadores querem reajustes trimestrais de salários, acompanhando a inflação e com um percentual a mais para recuperar o poder aquisitivo perdido em duas décadas de regime militar.

Por outro lado, é compreensível que o governo mostre as dificuldades para gerir um país em tal estado de calamidade. Da mesma forma é sabido que existem grupos de direita, assim como setores inconscientes — que se declaram defensores dos trabalhadores — que tentam usar os problemas sociais para destabilizar o governo da Nova República.

Nesta conjuntura tão complexa, o povo espera soluções democráticas. Não se tolera, de forma alguma, que os argumentos sejam os cassetetes e as bombas de gás lacrimogêneo. Mesmo em relação aos aventureiros, o que se impõe é combatê-los politicamente junto ao povo. Os trabalhadores não terão dificuldades em separar as lideranças combativas dos provocadores, desde que se instale o debate aberto e livre.

Nos próximos dias o governo terá que se defrontar também com a vigorosa campanha salarial dos metalúrgicos do interior de São Paulo e do ABC. É uma categoria com tradição de luta. E suas argumentações estão baseadas em argumentos sólidos. Os próprios patrões já tiveram de reconhecer que, apesar de crise, seus lucros cresceram. Mas do lado dos operários é inegável o estrago causado pelo desemprego, pela redução dos salários e pelas sucessivas intervenções em seus sindicatos. Agora mesmo, no início das negociações, foi necessário um dia de greve para quebrar a intransigência patronal.

Os trabalhadores apóiam a Nova República no sentido de promover mudanças políticas e econômicas no país. Mas não estão dispostos a abrir mão de seus direitos para garantir a boa vida das classes dominantes. Manterão independência, lutarão por seus interesses, sem romper a frente democrática necessária para consolidar a vitória de 15 de janeiro contra os generais e contra o malufismo. Participarão do debate sobre as grandes soluções para enfrentar a crise e promover transformações progressistas no Brasil. Não aceitarão novos sacrifícios. Para recuperar a combatida economia brasileira, defendem que os recursos devem ser procurados nas multinacionais, nos grandes bancos e empresas que se locupletaram nos 21 anos de ditadura militar.

Nota dos comunistas sobre o presidente Tancredo Neves

O Partido Comunista do Brasil junta-se a todo o povo brasileiro na ansiedade pela grave situação criada com as notícias sobre o presidente Tancredo Neves na noite de quinta-feira.

Tancredo Neves até aqui representou a unificação do país em torno da luta pela liquidação do regime de arbítrio, inaugurou a Nova República e sustentou a ideia da transição democrática.

O momento exige, mais ainda, a unidade de todas as correntes democráticas que se aglutinaram em torno de seu nome afim de consolidar as vitórias alcançadas. Mais do que nunca torna-se necessário manter a normalidade instaurada com a posse do vice-presidente José Sarney e levar adiante as mudanças reclamadas pela nação.

Famílias querem saber destino dos mortos do Araguaia

Irmã de guerrilheiro relata o drama e a luta dos familiares dos "desaparecidos" na guerra que o Exército mantém em segredo há 13 anos. Página 5



Solidariedade na fábrica à trabalhadora que disse não

Ela foi demitida por resistir a uma "cantada" do patrão: mas o Sindicato e o movimento de mulheres entraram na briga. P.7



Janete, a operária perseguida

Povo salvadorenho precisa do apoio dos brasileiros

TO entrevista representante da FDR. Pág. 2

Peru vai às urnas sob ameaças de violência militar

CDM Centro de Documentação e Informação da Fundação Maurício Grabois

Consejos Representativos de Trabalhadores. Pág. 2

FMLN: "Queremos um país onde o povo possa trabalhar em paz"

Antônio Cabrero, representante da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional de El Salvador e da Frente Democrática Revolucionária (FMLN-FDR), está no Brasil estabelecendo contatos com partidos políticos, organizações e setores do governo, buscando apoio à luta de seu povo. Ele deu esta entrevista exclusiva à *Tribuna Operária*:

TO: Como está a situação em El Salvador?

Cabrero: A situação geral no país é de estado generalizado de guerra. Há combates em 12, dos 14 Estados do país. Em quatro anos de luta, foram ocasionadas mais de 20 mil baixas no exército

salvadorenho, e a FMLN-FDR controla 1/3 do território do país. Enfim, o golpe ocasionado ao inimigo é profundo e irreparável. Diplomáticamente o governo se encontra isolado. A fortaleza de Napoleón Duarte, o presidente, é o apoio norte-americano. É

uma ironia, pois esta mesma fortaleza é também a sua debilidade, pois o único apoio que o governo tem é o dos EUA. Ele não tem apoio no interior do país.

TO: Qual a avaliação da FMLN-FDR sobre as recentes eleições no país?

Cabrero: A direita, em nosso país, tem contradições entre si. Napoleón Duarte representa o projeto norte-americano, que podemos reduzir às palavras "guerra com reformas". E o setor D'Albuisson, da Arena e do Partido da Conciliação Nacional, representa concretamente a oligarquia contra qualquer reforma, porém a favor da guerra. São contradições entre eles. Porém também há uma coincidência: ambos querem derrotar o povo salvadorenho, e isso é o mais importante dessas eleições. Eleições que são ilegítimas porque nós, da FMLN-FDR, não participamos delas. E não podemos participar, quando a quinta parte da população do país está em campos de refugiados — são 1 milhão de salvadorenhos no exterior. As eleições não se realizaram sequer em todas as regiões dominadas pelo governo. Enquanto isso, os esquadrões da morte atuam impudentemente, na luz do dia e nas trevas da noite. A repressão é crescente, não há a menor garantia de segurança para nossos representantes. O problema de El Salvador não é de eleições. É de profunda injustiça social. De injusta distribuição de riquezas.

TO: O que levou o povo salvadorenho a empunhar armas?

Cabrero: Nós estamos em guerra, primeiro porque a direita nos fechou todas as possibilidades de participação, de solução política, pacífica da crise. Inclusive participamos de eleições em 1972, 1975, 1977, e as ganhamos. Porém a resposta ao nosso triunfo eleitoral foi repressão, crimes, torturas. Nunca nos permitiram exercer a vitória que conquistamos nas eleições. A isto acrescentou-se a escalada repressiva, a um tal ponto que tivemos que reagir para salvar nossas vidas. O povo está em armas porque comprovou, com sua prática, que em El Salvador, por métodos eleitorais, as classes dominantes não vão ceder um mínimo de seus privilégios.

A reivindicação econômica bá-

sica do povo em armas é a reforma agrária. Cerca de 45% da terra — as melhores terras do país — estão em mãos de apenas 14 famílias. Os salários estão congelados desde 1980. O povo quer terminar com as causas que geram a crise no país. Quer conquistar a paz. Foram assassinadas 50 mil pessoas, existem 5 mil desaparecidos e 500 presos políticos, nos últimos quatro anos — quatro anos dos quais Duarte governou três!

TO: No ano passado a FMLN-FDR iniciou conversações de paz com o governo Duarte. Qual o saldo dessas conversações?

Cabrero: Desde 1980 — antes de começar a guerra — fizemos propostas de diálogo, de solução política. Por que o governo Duarte aceitou essa proposta somente no ano passado? Por uma série de necessidades políticas internas, necessidades de relações exteriores do governo, e fundamentalmente necessidades geopolíticas dos EUA, do governo Reagan. No momento em que iam ocorrer eleições nos EUA, era necessário desviar a atenção do eleitorado norte-americano da possibilidade de uma invasão de tropas ianques na América Central. O diálogo salvadorenho jogava um papel importante na campanha pela reeleição de Reagan. Compreendíamos que era uma manobra, mas precisávamos virar essa manobra, transformá-la em algo positivo para o povo. Realizamos duas reuniões do diálogo. O presidente e seus ministros se sentaram na mesma mesa com os comandantes guerrilheiros, a quem chamam de terroristas, assassinos. Isso significava a existência de dois poderes no país. Significava o reconhecimento, pelo governo, de que não é possível uma solução para El Salvador sem a participação da FMLN-FDR. Isso são trunfos da revolução.

TO: Qual o projeto da FMLN-FDR para El Salvador?

Cabrero: Participamos da FMLN-FDR as organizações políticas e militares do meu país. Participam os marxistas, participa a social-democracia, participa o Movimento Popular Social-Cristão, participam os profissionais independentes, os estudantes, operários, camponeses, professores. Estamos unidos em torno da necessidade de erradicar as causas que levam à injustiça social em El Salvador.



Pinochet aumenta a repressão contra os trabalhadores

Pinochet aumenta repressão, mas oposição não recua

O Comando Nacional dos Trabalhadores do Chile marcou, para o próximo dia 11, quinta-feira, uma nova jornada de protesto contra a ditadura do general Pinochet. Estão previstas uma greve geral e uma passeata pelas principais ruas de Santiago.

O povo chileno tem respondido com a luta à repressão cruel e sem freios desencadeada pelo regime militar, que, há poucos dias, degolou três militantes oposicionistas, cujos corpos foram encontrados a 20 quilômetros da capital, com claros sinais de tortura.

As três vítimas são Manuel Guerrero Ceballos, professor e dirigente da Associação Sindical dos Educadores do Chile (Agech); José Manuel Parada Maluenda, sociólogo, funcionário da Pastoral de

Solidariedade do Arcebispo de Santiago; e Santiago Natino Allende, desenhista.

Milhares de pessoas saíram às ruas no domingo, dia 31, para protestar contra os assassinatos. Os professores realizaram uma greve nacional na terça-feira para marcar o repúdio da categoria. Pinochet, que reprimiu duramente a última jornada de protesto (nos dias 26 e 27 de março), já declarou, de forma arrogante e arbitrária, que não vai permitir qualquer manifestação. Na semana passada, a polícia do regime prendeu 33 artistas que realizaram uma passeata contra a repressão. Apesar da violência militar, o povo não está disposto a recuar e deseja colocar fim o mais rápido possível ao reinado de Pinochet.



El Salvador: "Tivemos que pegar em armas para defender nossas vidas"

OPINIÃO

Como apoiar El Salvador?

Os brasileiros têm uma importante tarefa internacionalista e cumprir: apoiar com toda a força a luta de libertação levada adiante pelo povo irmão salvadorenho. O respaldo da nação brasileira a esse povo é de fundamental importância. Afinal, a luta salvadorenha insere-se no quadro maior dos povos que lutam pela sua autodeterminação. Além do que nunca é demais salientar que as derrotas impingidas ao imperialismo sempre resultam em vitórias para todas as nações. Assim foi no Vietnã, assim foi no Irã e na Nicarágua. Assim será em El Salvador.

O salvadorenho Antônio Cabrero fala de algumas formas de ajuda que os brasileiros podem desenvolver, que são verdadeiras diretivas a se-

rem levadas à prática por nosso povo. Diz o representante da FMLN-FDR:

"Os cidadãos comuns, em geral, têm relações com outros seres da sociedade. O homem que não é membro de nenhum partido político, de nenhuma organização — não é membro sequer de seu sindicato —, ao conversar com outras pessoas sobre sua preocupação com o que se passa na América Central, ao comentar com seus amigos, seus familiares, seus filhos, este homem se está convertendo num participante da luta pela emancipação social, pela libertação dos povos. E este homem poderá participar dos movimentos que organizam outros homens nessa luta".

Em meio à violência, o Peru vai às urnas

O Peru chega às eleições presidenciais cercado de uma situação política delicada. O governo de Belaunde Terry está desgastado, o movimento operário em ascensão e os militares açodados para voltar ao poder. A recente greve dos funcionários públicos, reprimida com violência e apesar disso vitoriosa, foi uma boa demonstração do que espera o próximo governo.

O primeiro governo civil depois de 12 anos de ditadura militar chega ao fim marcado pelo fracasso. Desde 1980, quando tomou posse Belaunde Terry, a recessão se instalou com força no Peru: mais de 900 mil empregos foram eliminados; 60% da força de trabalho do país está desempregada ou subempregada; e desde 82 o FMI dita a política econômica, orientada para o pagamento de uma dívida externa de 13 bilhões de dólares.

Os frutos colhidos pelo partido de Belaunde, a Ação Popular, não são nada animadores: nas eleições municipais de novembro de 83, perdeu a maioria das prefeituras para a oposicionista APRA - Aliança Popular Revolucionária Americana. A AP ficou em terceiro lugar no total de votos, atrás da APRA e da coligação Esquerda Unida. É este o quadro apurado pelas pesquisas de opinião para as eleições presidenciais de 14 de abril.

OPERÁRIOS CONTRA A RECESSÃO

Os últimos anos têm assistido o grande crescimento da luta operária e popular no Peru. O processo de substituição dos militares por um governo civil iniciou-se entre 1978 e 1979, com a eleição de uma Constituinte. Mas a permanência do general

Morales Bermudes no poder não permitiu a participação política ampla.

O governo eleito, de feição conservador, encontra dificuldades desde sua posse, em 1980, para aplicar a política recessiva recitada pelo FMI. Neste período, os trabalhadores peruanos fizeram seis greves gerais; e uma série de categorias estratégicas enfrentaram o governo, como os bancários e funcionários de estatais. As reivindicações que motivaram todas estas lutas podem ser resumidas a algo bastante conhecido dos trabalhadores brasileiros: rompimento como FMI; reajustes trimestrais de salários; congelamento dos preços dos combustíveis e transportes; subsídio para os gêneros de primeira necessidade.

MILITARES AÇODADOS

O desgaste e a desestabilização do governo de Belaunde Terry assustaram os militares. Recém-saídos de 12 anos de ditadura, eles se mostram bastante "apetitosos" para uma nova tentativa golpista. Foi o que se viu particularmente no ano passado, quando em vários momentos rumores de golpe militar percorreram o país e preocuparam com razão os democratas.

Desde 1982, com o pretexto de combater o grupo Sendero Luminoso, o Exército vem escalando a sua presença nas ruas das cidades e nas montanhas do interior do país. No princípio, era a região de Ayacucho sob controle militar; no ano passado, por três vezes o país inteiro esteve sob Estado de Emergência.

No campo ou na cidade, os militares entraram com força total. Desde que chegaram a Ayacucho, em outubro de 1982, já "desapareceram" mais de 2 mil pessoas, de acordo com denúncias de parlamentares e organizações



O Exército está cada vez mais presente na vida política peruana

de defesa dos direitos humanos, como a Anistia Internacional. Em agosto do ano passado foram encontrados cemitérios clandestinos. E as atrocidades atingiram também os jornalistas: em 83, oito foram assassinados pelas tropas, que ainda tentaram pôr a culpa nos camponeses que "combatem" os guerrilheiros.

Este é outro aspecto da ação dos militares em Ayacucho: organizar grupos paramilitares com pessoas da região, lançando camponeses uns contra os outros.

VIOLÊNCIA CONTRA AS GREVES

Se no campo se trava uma guerra, nas cidades o clima é de intervenção cada vez mais constante do Exército na vida política. Nas greves gerais, foi sempre decretado o Estado de Emergência, com as tropas saindo às ruas para reprimir. Como resultado, centenas de pessoas têm sido presas e algumas, mortas em choque com a repressão. Manifestações democráticas exigindo o paradeiro dos desaparecidos na região de Ayacucho foram proibidas e dispersadas com violência. E nu-

ma suposta campanha contra membros do Sendero, com o país novamente sob Emergência, em 83, 11 mil pessoas foram detidas em um mês!

Neste quadro, tudo indica que o candidato da APRA será eleito. De origem antiimperialista, contando em sua história as primeiras ações armadas contra a oligarquia, a APRA se tornou hoje um partido social-democrata, ligado à Internacional Socialista. Suas propostas reformistas não parecem ter alcance para resolver a grave crise econômica e social.

As esperanças de que as eleições ponham fim à violência e às ameaças de golpe não merecem muito estímulo. Mais crédito merecem as palavras de um ex-comandante militar de Ayacucho, afastado exatamente por ter falado que, "se o governo não fizer investimentos na melhoria das condições de vida desta região, o descontentamento poderá se alastrar e o Peru se transformará em uma nova Nicarágua". (Sylvio Queiroz)

Leia e divulgue o marxismo-leninismo

NOVA LISTA DE PREÇOS

MARX E ENGELS	
Sobre Literatura e Arte	Cr\$ 11.800
Ideologia Alemã	Cr\$ 8.400
Sobre Literatura e Arte	Cr\$ 11.800
Ideologia Alemã	Cr\$ 8.400
Obras escolhidas - 3 volumes (cada um)	Cr\$ 20.000
Manifesto Comunista	Cr\$ 4.000
MARX	
Trabalho assalariado e capital	Cr\$ 4.900
Salário, Preço e Lucro	Cr\$ 5.900
Liberdade de Imprensa	Cr\$ 11.000
A origem do Capital	Cr\$ 15.500
Miséria da Filosofia	Cr\$ 6.800
ENGELS	
Dialética da Natureza	Cr\$ 16.700
Anti-Dühring	Cr\$ 17.200
Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado	Cr\$ 15.000
O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem	Cr\$ 4.300
Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico	Cr\$ 8.500
LENIN	
Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo	Cr\$ 15.400
Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo	Cr\$ 13.800
O Trabalho do Partido entre as Massas	Cr\$ 7.800
Sobre os Sindicatos	Cr\$ 7.800
O Programa Agrário	Cr\$ 7.800
O Que Fazer?	Cr\$ 10.200
O Estado e a Revolução	Cr\$ 10.300
As 3 Fontes e as 3 Partes Constitutivas do Marxismo	Cr\$ 8.800
Teses de Abril	Cr\$ 5.500
Dois Táticas da Social-Democracia	Cr\$ 5.000
STALIN	
Materialismo Dialético e Materialismo Histórico	Cr\$ 6.900
Fundamentos do Leninismo	Cr\$ 13.800
O Marxismo e o Problema Nacional e Colonial	Cr\$ 6.800
Problemas Econômicos do Socialismo na URSS	Cr\$ 8.000
JOÃO AMAZONAS	
Socialismo, Ideal da Classe Operária, Aspiração de Todos os Povos	Cr\$ 4.000
Pela Liberdade e Pela Democracia Popular	Cr\$ 3.000
Revisionismo Chinês do Mao Tsé Tung	Cr\$ 3.000
O Trotskismo, Corrente Política Contra-revolucionária	Cr\$ 500
ENVER HOXHA	
O Eurocomunismo é Anticomunismo	Cr\$ 8.000
Imperialismo e Revolução	Cr\$ 5.000
Relatório ao 8.º Congresso do PTA	Cr\$ 2.000
Discurso aos Eleitores	Cr\$ 10.000
OUTROS AUTORES	
Pela Poesia do Povo - Antônio Cassemiro	Cr\$ 5.000
Em Defesa dos Direitos e da Emancipação da Mulher - Luísa Moraes e textos de Marx, Engels, Lênin e A. Bebel	Cr\$ 2.000
Marx, o Homem, o Pensador e o Revolucionário - D. Riazanov	Cr\$ 15.500
História da Riqueza do Homem - Leo Huberman	Cr\$ 14.000
A Questão Agrária - Kautsky	Cr\$ 11.200
Princípios Fundamentais do Marxismo - Plekhanov	Cr\$ 7.600
Os Dez Dias que abalaram o Mundo	Cr\$ 26.500
O Brasil de Hoje do Ponto de Vista Popular	Cr\$ 3.000
Quinta Princípios n.º 9	Cr\$ 4.000
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 317 sala 43 - CEP 01317 - Fone 34-0685	

Nova República investe contra os escândalos de corrupção

Está nas mãos da Justiça o caso Brasilinvest. A Procuradoria da República solicitou a prisão preventiva dos empresários Mário Garnero, Arlindo Pinto Neto, Osmar Oliveira e Antônio Paes. O vice-presidente em exercício, José Sarney, já anunciou que quer as mesmas punições administrativas e penas adotadas no caso Brasilinvest para os diretores do Sulbrasileiro.

Mário Garnero, empresário intimamente ligado ao capital estrangeiro e apaniguado dos militares no poder até 15 de março, está sujeito a penas cumulativas de até 12 anos de prisão. O procurador da República Antônio Augusto Ribeiro foi explícito, em entrevista à tevê: "Se me perguntarem se ele assaltou uma casa ou bateu uma carteira, logicamente respondi que não. Na verdade, ele fez coisa muito pior do que isso".

Na sua denúncia à Justiça, Ribeiro pede o enquadramento de Garnero por estelionato ou outras fraudes, associação em quadrilha ou bando para o fim de cometer crimes, e atuação irregular com instituições bancárias, monetárias e creditícias. O procurador pediu a prisão preventiva de Garnero e seus sócios pois eles podem causar embaraços ao processo judicial, "tudo fazendo — como até agora fizeram — para ocultar e destruir as provas dos atos praticados, bem como para que tenha continuidade o fluxo dos recursos apropriados em cadeia, com possível e provável transferência para o exterior".

Na verdade, crescem os boatos de que Garnero já evadiu-se para o exterior. Desde o dia 28 de março o empresário está proibido de sair do país, e o ministro da Justiça, Fernando Lyra, anunciou que se ele estiver no exterior, será solicitada a sua extradição de volta para o Brasil. "O fundamental, o inusitado, é que o caso vai para a Justiça, e os responsáveis responderão de acordo com a lei", afirmou o ministro.

Mas parece que o advogado de Mário Garnero ainda não se deu conta da nova situação. Ele anunciou que pedirá **habeas corpus**, para manter Garnero livre. "Mário Garnero era presidente do Brasilinvest, o que não significa que ele seja responsável por todos os atos irregulares ocorridos no banco", diz o advogado, argumentando ainda que, em casos semelhantes de corrupção ocorridos anteriormente, não houve a prisão do culpado! Mas a impunidade anterior justifica a continuidade da injustiça?

Por outro lado, o próprio Mário Garnero, em nota divulgada no momento em que o Brasilinvest sofria intervenção federal, afirmava: "Como principal responsável pelo Grupo Brasilinvest, assumo a responsabilidade, e já nada posso fazer diante do fato consumado. Inútil seria, agora, por conveniência política de ocasião, ou por simples desertação, tentar fugir de decisões tomadas." Sintomaticamente, após a divulgação dessa nota Garnero não foi mais visto em público...

A difícil situação do Sulbrasileiro

O Ministério da Fazenda deverá solicitar, nesta segunda-feira, a prisão preventiva dos diretores executivos do banco Sulbrasileiro. Além disso, vai enviar ao Congresso o projeto de lei que propõe a recuperação financeira do estabelecimento "para salvar a economia do Sul do País" — proposta que tem provocado controvérsias.

O caso do Sulbrasileiro e da Habitasul, assim como toda a fragilidade do sistema financeiro, é mais uma herança triste do regime militar. Para compreendê-lo, é preciso ter em vista que, em todo o mundo, a crise financeira acompanha a crise econômica. Aqui no Brasil, ela é acentuada pelo caráter dependente da economia — que funciona subordinada aos interesses do capital financeiro internacional.

Este quadro foi agravado pelo regime autoritário e corrupto, onde virou rotina o fato dessas instituições ostentarem grandes passivos em suas operações, fazendo "concorrência

O procurador da República, José Paulo Sepúlveda Pertence, está preocupado com a possibilidade de Garnero e seus comparsas já terem se safado para o exterior, "já que mantêm sólidos vínculos com empresas situadas fora do país, de quem são sócios ou mandatários".

Os trabalhadores do Brasilinvest, por seu lado, vêm-se ameaçados por punições imediatas: a perda do emprego. Já no dia 25 de março começaram as demissões de funcionários. Eles enviaram telegramas a todas as autoridades — a começar do vice-presidente José Sarney —, reivindicando o direito de "não engrossar a massa dos trabalhadores desempregados por causa de intervenções, falências, liquidações extra-judiciais causadas por péssimas administrações". Péssimas administrações, aliás, das quais eles também são vítimas, sem terem um mínimo de comprometimento com as falcatruas realizadas.



Foto: Hélio Campos Melo

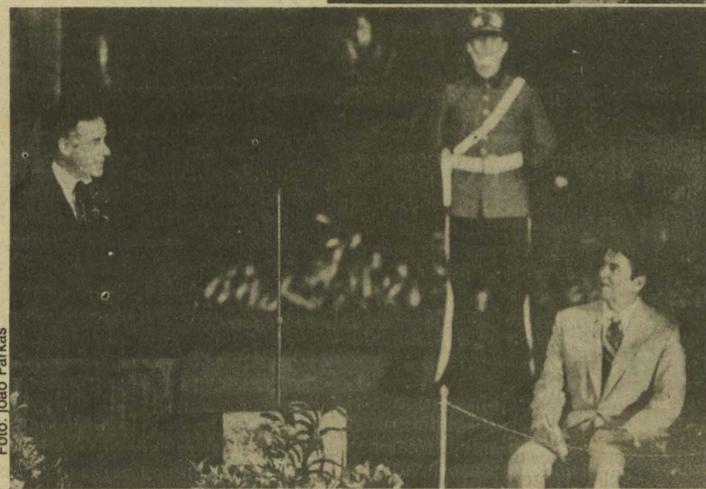


Foto: João Farkas

Garnero saúda o chefe imperialista Reagan, na sua visita ao Brasil no governo Figueiredo. O empresário tem íntimas ligações com o capital estrangeiro. O Grupo Brasilinvest contou com amplo apoio multinacional.

OPINIÃO

Pressão popular pela Justiça

É bastante salutar para o país ver, enfim, alguns de seus espoliadores ameaçados de prisão. O pedido de prisão preventiva para os diretores do Brasilinvest e para os diretores do Sulbrasileiro (pedido anunciado para a segunda-feira, 8 de abril), ocasiona uma expectativa positiva junto à população. A expectativa de punição para os criminosos que se locupletam com as verbas públicas, com negociações multinacionais, que se aproveitam da impunidade propiciada pelo regime mili-

tar.

Mas os meandros da Justiça são complexos. O advogado de Mário Garnero já anuncia que, mesmo condenado, esse burguês pró-imperialista (que privou de intimidades com Ronald Reagan, George Shultz, e outros magnatas internacionais) poderá "cumprir prisão domiciliar, trabalhando livremente e exercendo várias outras atividades".

Carece então da pressão popular para que a Justiça, de

fato, seja feita. Escândalos como o Brasilinvest, Sulbrasileiro, Coroa-Brastel, Inamps, Embaixada 10% (envolvendo Delfin Netto, durante sua estada em Paris), Lutfalla, devem ser apurados até as últimas consequências. E os envolvidos punidos com todo o rigor da lei. O regime militar, que tanto multiplicou a corrupção e a impunidade no país, foi derrotado por ampla pressão de massas. Para acabar com seus resquícios, cabe investigar suas ações nefastas. E puni-las.



Foto: Julio Bernardes

Ana Jul não poderá mais tratar o Palácio como casa da sogra

Governo proíbe bisbilhotice do FMI no Planalto

Pela primeira vez a missão do Fundo Monetário Internacional — que visita Brasília pela enésima vez, sob o comando da bisbilhoteira oficial Ana Maria Jul — não poderá transitar pelo Palácio do Planalto como se estivesse na casa da sogra. O veto partiu do presidente em exercício, José Sarney, que instruiu o ministro da Fazenda Francisco Dornelles para que a missão do FMI se dirigisse às dependências do Banco Central, considerado o "foro próprio" para tratar "questões bancárias".

Há tempos o brio patriótico dos brasileiros vinha sendo ferido pela equipe de madame Jul, funcionária subalterna do Fundo que evoluiu com a maior semcerimônia pelo quarto andar do Palácio do Planalto, onde ficavam os gabinetes de Delfim Netto e outros ministros "da casa". Ali, tinha acesso a informações sobre a economia do país que eram segredo para os próprios brasileiros. E as transmitia diligen-

temente a seus patrões em Washington, municiando-os para apertar o garrote da dívida externa no pescoço do Brasil. Assim, a deliberação do novo governo foi recebida e comentada pelo povo com alívio, como um sinal de mudança.

Naturalmente, o conteúdo do veto às evoluções de madame Jul é simbólico. Suprime apenas uma manifestação exterior do problema, ocasionada pela pouca vergonha do regime militar entreguista. Permanece o problema de fundo, que é a insuportável subordinação da economia nacional a uma instituição estrangeira — o FMI. Assim, o episódio, longe de esgotar, dá alento à pressão em favor de um novo tratamento para a dívida externa e o Fundo. De imediato, seria necessário pelo menos que o governo informasse ao Congresso em que pé se encontra o problema, para que os representantes do povo (e o próprio povo, por que não?) dessem sua palavra.

Comissão examina entulho autoritário

Embora ainda aquém das necessidades da democracia, são positivas as decisões já adotadas pela Comissão Interpartidária que examina as alterações na legislação eleitoral e partidária, a chamada "Comissão do Entulho". Revestem-se de grande importância nesta etapa que precede a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que deve ser livre e soberana.

Entre as matérias já aprovadas pela comissão e que agora serão transformadas em propostas de emenda à constituição para serem votadas no Congresso Nacional, algumas se destacam como avanços democráticos na atual legislação ainda em vigor. Entre elas, sem dúvida, o mais significativo foi a decisão de liberalizar as regras que norteiam a organização e o funcionamento dos partidos políticos. A comissão decidiu que a fundação e a organização das agremiações partidárias dependem apenas de algumas medidas de natureza burocrática, como o registro dos Estatutos no Tribunal Superior Eleitoral — que também serão agilizados. Com isso, todos os partidos hoje colocados na ilegalidade ganham condições de se organizarem.

No entanto, nesse terreno, manifestou-se ainda elementos do conservadorismo. A comissão, depois de muito debate, decidiu injustificadamente manter os percentuais mínimos de votos necessários para que um partido fique em funcionamento, embora não tenha decidido qual seria esse limite. Em função das pressões da sociedade contra esta restrição arbitrária e autoritária, a comissão ainda recuou, deliberando suspender essa exigência absurda para as eleições da Constituinte, em 1986. Mas para que se avance efetivamente no sentido da democratização do país é fundamental banir esta restrição da legislação, o que só será feito com a pressão dos setores democráticos e populares.

VOTO DO ANALFABETO

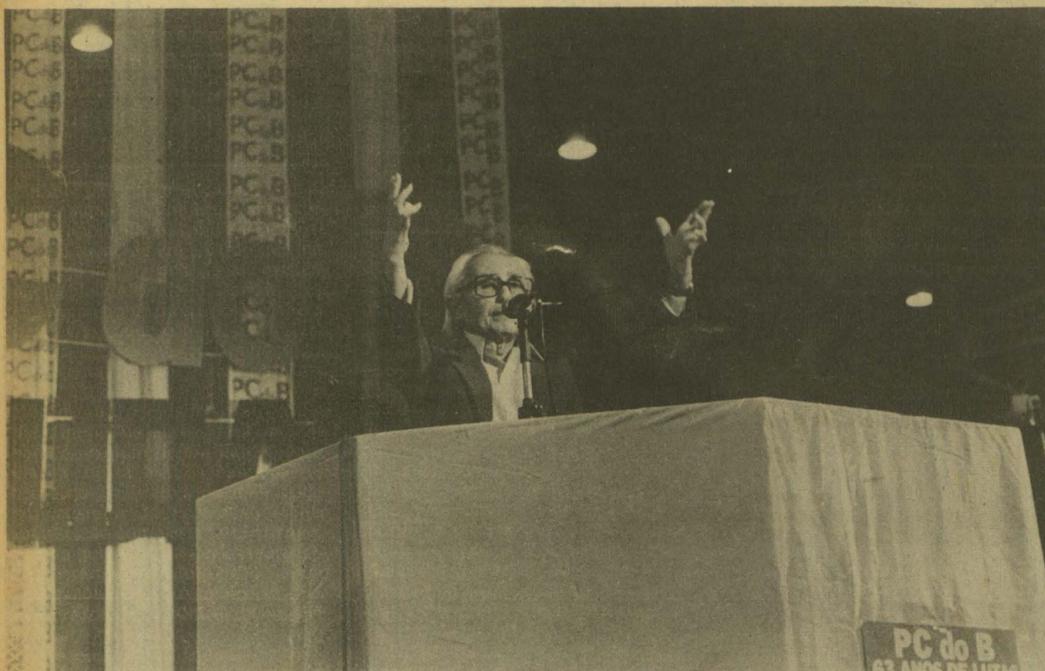
Outro ponto altamente positivo foi a aprovação do direito de voto ao analfabeto. Pela constituição outorgada pelos militares, os analfabetos não podem votar, o que caracteriza uma medida discriminatória. Com a sábia resolução da Comissão do Entulho amplia-se o direito de voto a milhares de brasileiros explorados e oprimidos.

Também em relação à autonomia municipal houve avanços. Foi aprovado que todos os municípios brasileiros passam a ter o direito de eleger livremente os seus prefeitos, eliminando as atuais restrições impostas às capitais, estâncias hidrominerais e aos chamados municípios de segurança nacional. Ainda este ano, todas as cidades que estavam com esse direito democrático cassado realizarão eleições para prefeito.

A comissão aprovou ainda a representação política para o Distrito Federal. Brasília tem hoje mais de 1,5 milhão de habitantes que são impedidos de votar pelo único motivo de morarem na sede do poder central. Com a autonomia os moradores do Distrito Federal elegerão na Constituinte oito deputados federais e três senadores. No entanto, a comissão não aprovou a ampliação dessa representação política para a eleição direta do governador e de deputados estaduais e vereadores, como deseja o povo brasileiro.

(da sucursal)

CPM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



João Amazonas: "A legalidade há de ser conquistada por nós todos, democratas e patriotas".

Amazonas: "Sinal dos novos tempos"

João Amazonas falou em nome dos comunistas fiéis à legenda do Partido Comunista do Brasil na sessão solene em defesa da legalidade do PC do B, realizada dia 25 de março na Assembleia Legislativa de São Paulo. Reproduzimos a íntegra de seu pronunciamento, que saiu truncado na última edição deste jornal em função de um erro gráfico.

Permitam-me, antes de tudo, expressar minha imensa satisfação e o meu reconhecimento pela feliz e oportuna iniciativa desta Casa, promovendo ato solene em prol da legalização do Partido Comunista do Brasil por ocasião da passagem do seu 63º aniversário de fundação. O gesto elevado da Assembleia Legislativa tem profundo significado e é bem o sinal dos novos tempos que chegam para a nossa pátria.

Assembleia afirma sua participação decidida na luta democrática

Pode parecer, a quem se fixar de modo superficial no acontecimento, mero apoio da Assembleia paulista à legalização de um partido que tem vivido a maior parte da sua existência na clandestinidade. Por aí só, essa atitude honraria a tradição liberal desta Casa, que convive a cada dia com a diversidade de opiniões dos representantes dos vários partidos. Mas, é bem maior o seu alcance. Porque, na realidade, o ato a que assistimos é na sua essência uma ousada e resoluta defesa da democracia em nossa terra. Quando a Assembleia Legislativa do mais poderoso Estado da Federação realiza uma sessão como esta, está afirmando sua participação decidida na luta democrática de todo o povo, dando a sua contribuição ao processo de modernização da sociedade brasileira.

Precisamente a democracia, cujo sentido geral é a admissão da multiplicidade de opiniões que existe em toda a coletividade organizada refletindo distintos interesses econômicos, sociais e políticos, constitui o motivo central desta expressiva solemnidade. Democracia que é inseparável da livre manifestação do pensamento, do direito irrecusável de organização partidária. Onde se coíbe a liberdade de pensamento e se recusa a certas correntes de opinião atuantes na vida pública estruturam legalmente os seus partidos, aí, não se pode falar numa democracia evoluída, mas numa democracia restrita, quiçá, numa pretensa democracia.

O Partido Comunista do Brasil, o mais antigo partido político do país, tem pleno direito de ser legalizado. Não se lhe poderá negar esse direito, a menos que se deseje manter ofensa grosseira aos princípios democráticos. Não é demais sublinhar que o ocaso da liberdade no Brasil, a que já assistimos desgracadamente tantas vezes, tenha tido, como prenúncio, a perseguição desenfreada aos comunistas. Inicia sempre dessa forma e logo se expande, como mancha de petróleo sobre o mar revolto, atingindo os democratas em geral e, em particular, a classe operária e suas entidades sindicais. Foi assim em 1937. Foi assim em 1947. Foi assim em 1964. E em diversas outras ocasiões que seria fastidioso enumerar.

Falando português claro há que dizer que a liberdade no Brasil tem sido até aqui artigo de luxo para o consumo de setores ou de grupos sociais privilegiados. Grandes massas da população brasileira não puderam sentir o gosto da liberdade que sempre lhes foi negada. Aboliu-se a escravidão há quase cem anos. Porém, um dos aspectos mais abjetos da escravidão — o homem submetido moral e materialmente a um senhor — esse não foi ainda eliminado de todo. A forma mudou. Mas o vezo autocrático, elitista, persiste. Há

sempre senhores por toda a parte, e às vezes, como sucedeu há bem pouco, de relho na mão para tentar obrigar os cidadãos a curvar-se diante deles, arvorados em tutores da nação.

É por isso compreensível e digno de ser saudado com alegria e entusiasmo o espírito de renovação, o anseio de progresso que se apodera de nossa gente. Milhões de brasileiros o expressaram vigorosamente nas praças públicas. Inegavelmente, é sinal de que o Brasil toma consciência de sua força, da sua imensa potencialidade para superar o atraso, a ignorância e a miséria; é indicador seguro de que começamos a detectar a causa maior de onde provêm os males que afligem a nação; é forte indicio de que marcharemos para um futuro promissor.

A liberdade no Brasil tem sido artigo de luxo para privilegiados

Democracia, sim. Mas democracia não é simples estado de espírito, nem a contemplação sossegada da vida que passa ao nosso lado. Democracia é o ambiente onde se espelha o debate apaixonado das ideias que querem abrir caminho para o porvir, é a grande arena onde se encontram forças sociais dispare, umas reacionárias, outras revolucionárias, no combate histórico de todos os tempos pela transformação radical da sociedade.

O povo brasileiro ergue-se pugnando pela democracia não como quem deseja proteger plantinha tenra que necessita cuidados. Sustenta esta reivindicação para lutar melhor por suas mais caras e sentidas aspirações. Aspirações de verdadeira independência nacional, de vida livre da espoliação feroz e impiedosa do capital estrangeiro; aspirações de progresso real com a realização da reforma agrária que beneficia milhões de camponeses, eternas vítimas do latifúndio, e com o desenvolvimento econômico independente que assegure trabalho e bem-estar para todos; aspirações de uma reforma urbana que ponha termo ao problema cruciante da moradia e acabe com o drama doloroso e deprimente dos habitantes das favelas e das concentrações populacionais enquistadas nas distantes periferias das grandes cidades; aspirações de cultura e de saber que tornem o homem civilizado, e preparem as condições espirituais para o avanço da ciência, das artes, da técnica. Aspirações, enfim, de liberdade e de justiça social — liberdade de pensar, de criar, de transformar a realidade que nos circunda; justiça social que não é a igualdade entre todos, mas a justa distribuição dos bens e valores produzidos, a supressão das iniquidades que põem a riqueza nas mãos de uns poucos, bem poucos, e acentuam a pobreza nos lares da imensa maioria dos que criam e produzem.

Exprimo, uma vez mais, sinceros agradecimentos à Assembleia Legislativa de São Paulo pela realização deste ato democrático que coincide com a data de fundação do Partido Comunista do Brasil. Neste instante meu pensamento se dirige para o dia 25 de março de 1922, sessenta e três anos atrás. Um punhado de idealistas, homens do povo, operários, empregados, intelectuais, reuniram-se num pequeno congresso com a finalidade de criar nova organização política, tendo por base a defesa dos interesses fundamentais da classe operária e de todos os explorados e

oprimidos. Guiavam-se nesse propósito pelas indicações da ciência social mais avançada, elaborada pelo gênio de Karl Marx e Frederick Engels. Nascia assim o Partido Comunista do Brasil para cumprir honrosa missão — a missão de lutar pela vitória do socialismo em nossa terra.

Dura e difícil, mas gloriosa e heróica tem sido a vida do PC do B

Dura e difícil, mas gloriosa e heróica tem sido a trajetória desse Partido. Em toda a sua existência usufruiu apenas breves, brevíssimos, períodos de legalidade. Sua história se confunde com a História da nossa pátria, história de repressão continuada e violenta das classes dominantes contra a liberdade, de negação na prática dos direitos mais elementares do cidadão. Mas história também de um povo ativo, inconformado com a tirania e o obscurantismo, sempre golpeado, nunca vencido.

Em todas as lutas democráticas, patrióticas ou sociais que se travaram no Brasil nestes últimos sessenta anos, delas participaram direta ou indiretamente, em geral nas primeiras filas, os membros do Partido Comunista do Brasil. Junto com os trabalhadores e as massas populares, enfrentaram a fúria da reação, povoaram os cárceres, passaram pelos centros policiais de tortura, deram a vida, muitos deles, seu sangue generoso em defesa da causa sagrada do povo. Quantos, quantos caíram, mulheres e homens, nas batalhas contra o fascismo, na campanha do "petróleo é nosso", no esforço de guerra contra o nazismo, na luta pela terra para os que nela trabalham! Quantos, quantos tombaram nos embates de vinte e um anos contra o regime militar! E todos somos testemunhas da ação unitária, do trabalho abnegado dos comunistas, ombro a ombro com os democratas de todos os partidos, de todas as tendências políticas para levar a bom termo a campanha nacional pelas diretas-já e pela vitória do candidato único das oposições.

Mais de sessenta anos transcorreram desde a fundação do PC do Brasil. Seis décadas de perseguições políticas, de brutalidades inomináveis contra os que ousaram erguer a frente e olhar confiantes para o futuro. Mas o Partido Comunista do Brasil resistiu, jamais foi destruído. E nunca o será porque sua existência responde a uma necessidade objetiva, a uma exigência histórica.

Aqui estamos, como em 1922, como em 1935, como em 1945, como em 1962, pugnando pela legalidade do nosso querido Partido. Legalidade que há de ser conquistada por nós todos, democratas e patriotas, por nós, brasileiros de diferentes inclinações políticas afins da democracia, neste despertar radioso da vida nacional, em busca de novos rumos para o Brasil.

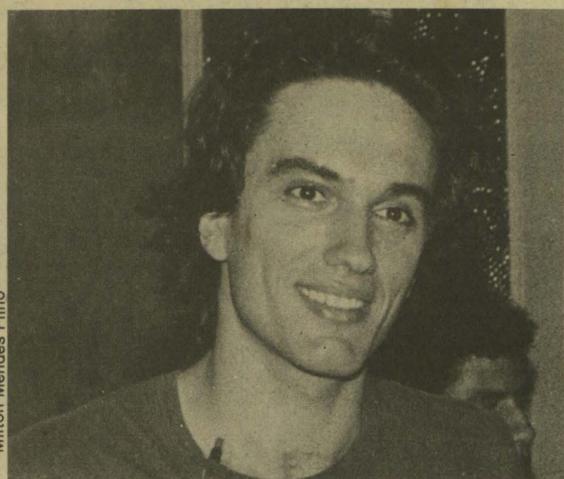
O ardor democrático e patriótico revelado com desassombro nas memoráveis jornadas de 1984 não se extinguiu em 15 de janeiro ou no 15 de março de 1985. A luta prossegue, exigindo unidade, ânimo forte, decisão de levar até o fim a bandeira da esperança desfraldada pelo povo em prol de mudanças, mudanças de profundidade na vida do país.

Embora os percalços da resistência retrógrada, a roda da História não se detém jamais. Avança sempre e aproxima a chegada de uma nova era de verdadeira liberdade, de autêntica fraternidade, de construção de uma vida feliz, sem opressores nem explorados, sem explorados nem exploradores. São os ideais supremos pelos quais se bate e baterá até a vitória final o Partido Comunista do Brasil.

Javier na Comissão do Ensino Superior

Javier Alfaya, ex-presidente da UNE, esteve sob ameaça de expulsão do país em 1983. Chegou a ser preso pela Polícia Federal. O ato só não se consumou pela urgente mobilização democrática então realizada. Agora, este mesmo cidadão acaba de ser nomeado um dos membros da Comissão Nacional encarregada de oferecer subsídios ao Ministério da Educação para uma nova política educacional universitária.

A Comissão, indicada pelo ministro Marco Maciel, da Educação, terá 23 participantes, incluindo professores, reitores e cientistas — como José Leite Lopes, também perseguido pela ditadura. Durante seis meses a equipe trabalhará com o apoio administrativo e financeiro da Secretaria de Educação Superior. Neste período, diversas de suas conclusões parciais já estarão sendo aplicadas.



Javier: presença dos estudantes por um ensino melhor

Para o bom funcionamento deste organismo, será fundamental a participação ativa da comunidade universitária, apresentando sugestões e pressionando para que seus interesses sejam contemplados. Por ou-

tro lado, espera-se que os membros da Comissão dediquem-se a um intenso trabalho junto aos professores, estudantes e funcionários, incentivando o debate e colhendo opiniões.



Vila Parisi, em Cubatão: segurança dos lucros, insegurança do povo

Nova República acaba com municípios de "segurança"

Chega ao fim, com a derrota do regime militar e a construção da Nova República, a existência dos famigerados "municípios de segurança nacional". O presidente em exercício, José Sarney, enviou, no dia 28 de março, mensagem ao Congresso Nacional livrando os últimos 31 municípios deste ônus. Daqui em diante, todos os municípios brasileiros terão eleições para a escolha dos prefeitos. Na Nova República, eleição não é contra a segurança nacional, como defendiam os generais.

A figura do município de segurança nacional já é velha no Brasil. Mas foi o regime militar que levou às últimas conseqüências o conteúdo fascista desta teoria. Em 1968, Costa e Silva declarou como de "segurança nacional" 68 municípios. Logo este número subiu para 106. Em 1972, a área enquadrada sob esta denominação abrangia 1/6 da superfície do país.

O enquadramento das cidades significava, na verdade, a intervenção federal permanente. Os prefeitos, que muitas vezes nem conheciam o município, eram escolhidos pelo Palácio do Planalto entre seus filhos. Tornavam-se protegidos da ditadura. Praticavam impunemente toda sorte de corrupção, incompetência. Distribuíam privilégios e, sobretudo, exerciam com a colaboração da Polícia Federal e de outros órgãos de informação e repressão um brutal controle sobre os trabalhadores e democratas.

Cubatão, na Baixada Santista, em São Paulo, é bem o retrato dos municípios de segurança nacional. As indústrias, inclusive a Cosipa, estatal, não cumprem as leis mais elementares de proteção aos trabalhadores, causando altíssimos índices de poluição

e de acidentes. Nos bairros, as péssimas condições criam a insegurança permanente dos moradores — basta citar Vila Parisi, a mais poluída do mundo, e Vila Socó, vítima da explosão do oleoduto da Petrobrás.

O conceito de segurança nacional é a marca registrada da ditadura. Serviu para "legitimar" tudo contra o povo e maiores facilidades ao capital — principalmente o estrangeiro. A eliminação desta excrescência no caso dos municípios, com a conseqüente convocação de eleições, junto com as das capitais, é um avanço no caminho da democracia.

O próprio Conselho de Segurança Nacional (CSN) reconheceu que "não mais se justifica a manutenção de municípios como de interesse da segurança nacional". Falta dizer: nem a manutenção do próprio CSN, herança do regime militar, de caráter nitidamente antidemocrático.

ERRATA

Na reportagem "Uma festa operária e democrática" — página 10 da edição anterior — uma falha de composição truncou o sentido da referência à participa-

ção dos operários da Mooca no ato do dia 23 último pela legalidade do PC do B. O texto correto é: "Igualmente na Mooca, dona de antigas tradições operárias, sai-

ram nove ônibus: dois ocupados por jovens, em grande parte trabalhadores nas fábricas; e sete por populares, dos quais 70% eram operários".

As mulheres e a Constituinte



A União de Mulheres de São Paulo, o Centro de Estudos e Pesquisa Sociais (Ceps), com o apoio do Centro de Estudos da Constituinte da Câmara de Vereadores de São Paulo, promoverá, no dia 13 de abril, um seminário com o seguinte tema:

9,00 horas: O que é Constituição e Constituinte, O Movimento Popular e a Constituinte.

Participação de João Amazonas, deputado constituinte em 1946 e Duarte Pereira, jornalista

14,00 horas: Os direitos da mulher e a Constituinte. Participação de Alda Marco Antônio, vice-presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, e Maria Socorro de Abreu, professora.

Encerramento: Avaliação do Seminário e proposta para o lançamento da "Campanha pela Constituinte Livre e Soberana com a participação da mulher", coordenado por Maria Amélia Teles, presidente da União de Mulheres de São Paulo.

Local: Câmara Municipal de São Paulo — Plenário Teotônio Vilela, andar, 1º andar.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Trabalhadores de vanguarda

O Partido Comunista organiza os trabalhadores mais avançados e mais combativos, sob a orientação da teoria científica da classe operária. Ele assimila a experiência, o espírito revolucionário, a abnegação destes lutadores e, ao mesmo tempo, coloca em suas mãos a bússola do marxismo-leninismo, capacitando-os a conduzir as grandes massas no caminho das transformações revolucionárias da sociedade.

NOVOS MILITANTES

Esta noção de trabalhadores avançados acompanha o desenvolvimento da história. Em um passado recente, devido à feroz perseguição fascista, era difícil às grandes massas terem contato direto com o seu destacamento revolucionário. Qualquer militância política implicava de imediato no risco de prisão, tortura e até a morte. Os critérios de militância eram por isto mesmo bastante restritos - poucos eram os operários que tinham oportunidade de ingressar no seu Partido.

Hoje a situação é muito distante. Milhões e milhões de brasileiros saíram às ruas na batalha das diretas e na campanha de Tancredo Neves. Por todo lado fervilham as idéias. Cresceu o nível de consciência do povo. A derrota do regime teve como consequência o rompimento das amarras para a liberdade crescer no país. Nestas condições, em cada local os trabalhadores de vanguarda ganham espaço, destacam-se, manifestam-se.

ATUAÇÃO CONCRETA

Criam-se possibilidades concretas para que milhares de combatentes do povo fortaleçam as fileiras comunista. Em cada seção de uma fábrica, em cada vila ou quarteirão, em cada sala de aula estes homens mais avançados podem se organizar e atuar de acordo com a política revolucionária do proletariado. Por um lado trazem o sangue novo, o ímpeto por mudanças radicais. Por outro terão que assimilar a experiência da classe operária e educar-se nas concepções marxistas-leninistas. É um processo dialético em que o Partido se fortalece e forja um grande número de militantes. Aprofundam-se o contato da vanguarda com as massas e, ao mesmo tempo, acrescenta novas forças à luta de emancipação dos oprimidos.

O Partido Comunista não é um aglomerado de filiados. Cada comunista milita em uma organização concreta, no seu bairro, na sua empresa ou na sua escola. Atuando ali onde conhece as condições, onde tem raízes, o militante tem condições de exercitar suas potencialidades e, na atividade prática organizada e dirigida pelo Partido, eleva o seu nível de consciência e o seu conhecimento teórico. Ao mesmo tempo incorpora sua experiência particular ao patrimônio de luta do proletariado, ajudando concretamente a construir o Partido.

FORMAÇÃO DOS OPERÁRIOS

Resumindo a vinculação do Partido com estes homens de vanguarda, Stálin diz: "O Partido é o ponto em que se concentram os melhores elementos da classe operária, que mantêm vínculos diretos com as organizações sem partido do proletariado e que com frequência as dirigem; o Partido, como lugar onde se concentram os melhores elementos da classe operária, é a melhor escola de formação de chefes da classe operária, competentes para dirigir todas as formas de organização de sua classe; o Partido, como a melhor escola para a formação dos chefes da classe operária é, pela sua experiência e autoridade, a única organização capaz de centralizar a direção da luta do proletariado (...) é a forma superior de organização de classe do proletariado". (Rogério Lustosa)

Famíliares do Araguaia querem a verdade sobre a guerrilha

No alvorecer da Nova República, algumas dezenas de famílias levantam uma luta que é também de 130 milhões de brasileiros: elas querem saber a verdade sobre seus filhos, mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia, iniciada há 13 anos. Exigem que se levante a cortina de silêncio que a ditadura colocou sobre o assunto. E clamam por justiça.

A Nova República inicia-se com o pulsar esperanças de milhões de corações brasileiros. A conquista de liberdades políticas abre novas perspectivas de conscientização e organização do povo. Ainda é viva a lembrança das manifestações em todo o país no dia da eleição de Tancredo e da posse do novo governo em Brasília: bandeiras, palavras de ordem, uma verdadeira festa popular marcando a vitória. Porém alguns dos maiores lutadores, vários daqueles que impulsionaram decisivamente a luta contra a ditadura militar, não puderam estar presentes nas comemorações — os mortos e desaparecidos, as maiores vítimas do regime que findou.

Durante 21 anos a ditadura, para se manter, não vacilou em lançar mão da mais brutal violência e repressão, em especial depois de 1968, com o Ato Institucional nº 5. O saldo de tudo isso foram os vários presos e torturados, as centenas de exilados, os milhares de processados, cassados e punidos e, pior de tudo, as centenas de mortos.

Vários desses mortos, os "desaparecidos", são assim chamados porque suas prisões e mortes não foram sequer reconhecidas pelo governo. Suas famílias não tiveram nem o direito de ter acesso a seus corpos. Ao todo são 176 mortos reconhecidos, 74 "desaparecidos" e 64 guerrilheiros que lutaram no Araguaia, numa situação ainda mais complexa.

As condições das mortes foram as mais brutais. Eduardo Leite, o *Bacuri*, é um exemplo. Preso no dia 21 de agosto de 1970, foi morto 109 dias depois pela "Equipe de Fleury". Seu corpo ficou mutilado — hematomas, queimaduras, todos os dentes arrancados, as orelhas decepadas, os olhos vazados. Outro mártir, Carlos Nicolau Danielli, dirigente do PC do B, foi assassinado sob torturas quatro dias após sua prisão em dezembro de 1972. Danielli enfrentou seus algozes com um comportamento corajoso: "É sobre a guerrilha que vocês querem saber? É comigo mesmo, mas eu não falarei". Mário Alvez, mais um exemplo: preso em 1970, só em 1982 a família conseguiu responsabilizar a União pelo seu "desaparecimento"; Carlos Marighella foi fuzilado na rua em novembro de 1969 também pelo famigerado Fleury; Honestino Guimarães, ex-presidente da UNE, "desapareceu" em outubro de 1973. E assim ocorreu com vários outros.

Treze anos de silêncio

No dia 12 de abril comemora-se o 13º aniversário do início da Guerrilha do Araguaia, um dos movimentos armados mais importantes da história do país, dirigido pelo PC do B. A guerrilha durou três anos, contou com o apoio e simpatia de praticamente toda a população do sul do Pará.



Dia 15 de março, na posse do novo governo, a faixa dos familiares sobe à Praça dos Três Poderes em Brasília

Para combatê-la os generais utilizaram o maior contingente militar já acionado no Brasil, 20 mil homens, maior até que o número de soldados brasileiros enviados à Itália na Segunda Guerra Mundial.

Apesar de tudo isso, o regime militar nunca reconheceu oficialmente a existência da guerrilha, embora tenha cometido atrocidades alarmantes na região, semelhantes às que o exército americano praticou no Vietnã: cortou cabeças de mortos, torturou indiscriminadamente a população local, matou sumariamente os combatentes que caíram em suas mãos, violentou mulheres, utilizou índios na caça aos guerrilheiros.

Morreram e estão "desaparecidos" um total de 64 guerrilheiros, entre camponeses locais e militares de diversas partes do país. Da lista constam nomes como os de Maurício Grabois e seu Filho André Grabois, Osvaldo, Dina, Amauri, Paulo Rodrigues, João Carlos Haas, Helenira, camponeses como Carretel e Alfredo, e também meu irmão, Idalisio Soares Aranha filho.

Desde 1978 nós, familiares dos guerrilheiros desaparecidos, tentamos obter informações e exigimos o reconhecimento oficial de que houve a guerrilha. Chegamos a fazer em 1980 uma caravana até o sul do Pará, depois de tentarmos fazer com que algum tribunal competente aceitasse o processo aberto com este fim. Só no ano passado obtivemos a primeira vitória e o processo começa agora a tramitar, tendo ocorrido a primeira audiência com o juiz da Primeira Vara do Tribunal da Justiça Federal em agosto do ano passado.

Uma ferida que não cicatriza

Mesmo entre as Forças Armadas, utilizadas para combater a guerrilha, as baixas ocorridas em combate não têm reconhecimento oficial. Apesar da cortina que cerca estes mortos, sabe-se que suas famílias nada podem comentar, não tiveram acesso a seus corpos. Há algum tempo chegou a circular a denúncia de um soldado, provavelmente ferido na guerrilha, que estaria confinado num dos quartéis do Pará, não podendo receber visitas sequer de sua mãe.

Falar dos mortos e desaparecidos não é apenas falar da luta e do heroísmo de tantos brasileiros. Para os familiares, é também tocar

Morto aos 24 anos

Antônia Soares Aranha, autora deste artigo, é irmã mais nova de Idalisio — um dos desaparecidos nos embates entre as Forças Guerrilheiras do Araguaia e as tropas do Exército, nos anos de 1972/74.

Natural de Rubim, no norte de Minas, Idalisio nasceu em agosto de 1947 e ainda não completara 25 anos quando sua vida foi ceifada, durante a primeira campanha de aniquilamento promovida pelas Forças Armadas no Sul do Pará. Estudante de Psicologia em Belo Horizonte, não vacilou em transferir-se para as margens do Araguaia, em 1971, com sua companheira Valquíria, também vítima da ação repressiva. Tocava violão e cantava como poucos e, com isso, rapidamente tornou-se muito popular na região.



Idalisio, o guerrilheiro

numa ferida que nunca cicatriza, uma chaga que dói, como diz nossa mãe.

Privados de receber os corpos de seus entes queridos, sem informações seguras de seu paradeiro, algumas famílias reagem pateticamente. Há mães que até hoje esperam pelo regresso de seus filhos, chegam mesmo a arrumar a casa quando supõem que é o dia de sua volta. Outras famílias ainda acham que seus filhos podem estar presos, quem sabe mutilados, em alguma prisão do país.

"Não os esqueceremos" — é o grito aflito dos familiares dos mortos e desaparecidos. Para isso procuram sempre homenageá-los, em todas as ocasiões possíveis. No Rio de Janeiro, os familiares dos desaparecidos do Araguaia, assim como de outras vítimas da repressão — como dona Dilma, viúva de Mário Alves, e dona Elza, mãe de Joel Vasconcelos — todo dia 21 de abril e 12 de abril fazem manifestações divulgando a memória de seus mortos. No dia 15 de março, em Brasília, entre as inúmeras faixas presentes destacava-se uma pedindo o esclarecimento sobre os mortos e desaparecidos sob a ditadura.

Anistia e Justiça

O regime militar fez tudo para apagar da memória dos brasileiros os crimes que cometeu. A anistia restrita do general Figueiredo já continha em seu corpo a brecha liberada para os torturadores, tentando passar uma borracha sobre os mortos e desaparecidos e criar anistia um sentido de esquecimento. "A anistia é perdão", diziam os milita-

paradeiro dos desaparecidos e a punição dos responsáveis pelas mortes são os pontos mais sensíveis a serem conquistados. Por outro lado, um regime democrático não pode ficar impassível diante de tantos horrores cometidos no passado. O que se espera da Nova República é que esclareça os fatos, que faça justiça. Não há sequer muitas dificuldades para se identificar os criminosos. Os comitês de anistia catalogaram diversos nomes de torturadores por todo o país.

Neste sentido, os familiares do Araguaia começam já a se movimentar. Vários deles, reunidos no Rio de Janeiro no último dia 17, acharam importante impulsionar esta luta. Tomaram contato com outros familiares para que se forme um comitê nacional de familiares de mortos e desaparecidos, visando obter o esclarecimento das mortes e desaparecimentos, e a punição dos responsáveis. Pretendem ir a Brasília, o mais rápido possível, conversar com o novo ministro da Justiça. Querem também o apoio dos deputados federais para que se forme uma comissão de investigação na Câmara sobre este assunto. E acham mesmo importante que seja definido pelo Congresso um dia em homenagem aos mortos pela democracia.

Esta luta, porém, é de todos e não apenas dos familiares. Ao povo inteiro interessa que não mais se repitam as barbaridades cometidas pelo regime militar. E para isso é preciso um amplo trabalho de elucidação de tudo que ocorreu nestes anos negros. (Antônia Soares Aranha)

Leia e assine a Tribuna Operária Assinaturas

Anual (52 edições) Cr\$ 100.000

Anual popular (52 edições) Cr\$ 50.000

Semestral (26 edições) Cr\$ 50.000

Semestral popular (26 edições) Cr\$ 25.000

Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

cupom de assinatura na página 9.

DE OLHO NO LANCE

Provocação golpista

Fazer com que os generais respeitem a opinião pública e acatem as instituições democráticas não é tarefa fácil. Prova disto foram as solenidades nos quartéis, no último dia 31, em comemoração pelo que chamam de "Revolução de 1964" - um golpe militar repudiado cabalmente pelo povo e por todos os democratas.

O episódio é grave. O que se realizou em todo o país no ano passado, com manifestações de milhões nas praças públicas, e com a derrota de Paulo Maluf no Colégio Eleitoral em 15 de janeiro último, foi exatamente o julgamento e a condenação do regime militar. A Nova República é rigorosamente um novo projeto, porque o velho regime faliu. Desde Tancredo Neves até os dissidentes do PDS, todos declararam abertamente que a tarefa maior é recuperar o país destes 21 anos de autoritarismo, de descalabro, de corrupção.

Neste sentido, as comemorações dos militares representam uma afronta à nação, uma atividade política - fora de suas atribuições - de caráter partidário. Ilegal pelas próprias normas por eles mesmos estabelecidas. E agravadas pelos pronunciamentos dos comandantes com as clássicas ameaças aos "subversivos". Para garantir a democracia é urgente coibir tais provocações golpistas.



Os canavieiros reivindicam contrato por um ano para evitar o desemprego na época da entressafra

Assalariados rurais iniciam campanha

Pela primeira vez os cortadores de cana de São Paulo elaboraram uma pauta conjunta de reivindicações para sua campanha salarial. Já houve uma primeira negociação com os usineiros. A organização dos canavieiros é muito maior que no ano passado e eles prometem ir à greve se os patrões mantiverem-se intransigentes em atender suas reivindicações.

A realidade entre os trabalhadores volantes paulistas já não é a mesma de um ano atrás. Depois de quatro grandes greves (duas de canavieiros e duas de apanhadores de laranja), houve um avanço notável em sua organização e mobilização. Uma prova disso foi que este ano eles fixaram uma pauta única de reivindicações, visando um acordo coletivo para toda a categoria no Estado.

No dia 29 de março, foi a primeira rodada de negociações e está marcada uma outra para o dia 11 de abril, entre a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo (Fetaesp) e a Federação da Agricultura (Faesp), representante dos patrões. Elio Neves, diretor da Fetaesp, está otimista e diz que é a primeira vez que se faz uma negociação salarial antecipada no campo. "Pelo menos negociação está havendo — diz ele — e is-



Trigo: "Sindicatos comandam"

Ato em Capelinha contra violência do latifúndio

A violência comandada pelos grileiros e grandes proprietários de terras continua fazendo suas vítimas no Vale do Jequitinhonha. Persistem as ameaças de morte ao presidente do Sindicato de Capelinha e também ao diretor da Federação dos Trabalhadores Rurais de Minas Gerais (Fetaemg), Vicente Faul dos Santos. Na semana passada, foi assassinado em Itamarandiba o trabalhador rural Eli, que deixou viúva e seis filhos, ao lutar pelo direito à posse de sua terra. Em fevereiro, morreu baleado o camponês José Gomes da Silva, também de Capelinha.

Com a finalidade de denunciar esses atentados e iniciar uma ampla mobilização contra a violência na região, foi realizado, no último dia 30, em Capelinha,

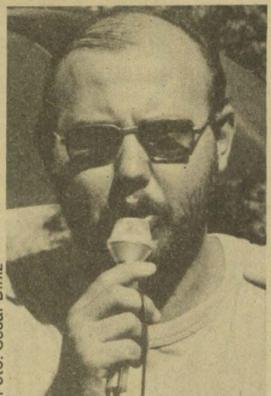
so foi conseguido devido às greves que houve".

O principal ponto da pauta de 28 reivindicações é a exigência de um contrato de trabalho válido por 12 meses. Isso para evitar o problema crônico do desemprego na época da entressafra. O desemprego no campo foi um dos estopins da maior greve dos trabalhadores rurais de São Paulo, em janeiro deste ano, envolvendo 10 municípios da região de Ribeirão Preto.

MOVIMENTO SE AMPLIA

"A cada luta que se dá, aumenta muito a organização e a consciência dos trabalhadores", lembra Elio, da Fetaesp. "O movimento se amplia a cada luta e a nossa expectativa é que o próximo movimento seja muito mais forte do que o de janeiro", conclui ele.

O deputado Valdir Trigo, do PMDB, é um dos que mais tem acompanhado a mobilização dos canavieiros no interior paulista e também ressalta o avanço na organização dos trabalhadores no campo. "No ano passado as greves se deram num processo anárquico. Naquela época estas mobilizações eram comandadas em sua maioria por comissões de greve locais e com pouca presença e articulação dos sindicatos. Hoje é diferente, pois os sindicatos estão no comando destas mobilizações. O sindicato e a Fetaesp hoje são pontos de referência", diz o parlamentar paulista.



Élio: "Aumenta a organização"

A região da cana de Ribeirão Preto concentra mais de um terço dos trabalhadores volantes do Estado de São Paulo. Cerca de 25% da cana do país sai dessa área onde os conflitos trabalhistas se tornaram mais acirrados. Ali, também, o capitalismo mais se desenvolveu no campo, trazendo todas as chagas deste sistema econômico desumano.

CONFLITOS ACIRRADOS

De um lado estão os usineiros, que tiveram lucros fabulosos nos anos da ditadura militar, seja através do Proálcool ou do envolvimento no escândalo do Instituto do Açúcar e do Alcool. E de outro estão os assalariados rurais, explorados ao máximo e que lutam pela aplicação de leis que os operários urbanos já conquistaram há mais de 50 anos. Com o fim do regime militar, se abre um novo campo de luta, sem a repressão violenta contra os trabalhadores. Elio Neves confia neste momento, pois "democracia é permitir que as classes discutam e usem o seu poder de barganha para obter as suas conquistas".

um ato público que contou com a participação de mais de mil trabalhadores. Estiveram presentes cerca de 20 sindicatos rurais, além do Sindicato dos Médicos de Belo Horizonte, Sindicato dos Professores de Minas Gerais, Sindicato dos Veterinários e Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Entre os partidos políticos, compareceram o PT, o PC do B e um vereador do PDS local.

A mensagem de solidariedade do Partido Comunista do Brasil foi muito aplaudida pelos presentes, ao afirmar que "mais que ninguém, o nosso partido, que possui em suas fileiras valentes trabalhadores rurais, sabe a dor que se abate sobre todos nós quando perdemos um irmão que luta pelo pão e pela liberdade, num combate desigual contra o poderoso latifúndio parasita e improdutivo".

Na nota, o PC do B prega a reforma agrária radical e ressalta que a violência não terá fim no campo enquanto a terra não for propriedade dos que nela trabalham, ao mesmo tempo em que condena a impunidade dos que patrocinam a violência, "que se constitui no principal estímulo para que se cometam novos assassinatos". Apesar das evidências que incriminam os pistoleiros Ascendino ou Salatiel e o mandante do assassinato de José Gomes da Silva, o diretor da Caixa Econômica Estadual, Manoel Gracilio, eles continuam soltos, o que faz temer pela vida de outros camponeses e sindicalistas. (da sucursal)

Justiça condena Cabo Bruno a 43 anos de prisão

O ex-soldado Florisvaldo de Oliveira — conhecido pela alcunha de *Cabo Bruno* — foi condenado a 43 anos de prisão, pelo fuzilamento, em novembro de 1982, de seis operários em Santo Amaro, São Paulo. O ex-soldado José Duarte da Silva e o ex-sargento José Agostinho Luniano (este, foragido), que participaram com o *Cabo Bruno* da chacina, foram condenados a 36 anos de prisão, no julgamento ocorrido nos dias 2 e 3 de abril.

Nos últimos anos, o *Cabo Bruno* vinha fuzilando indiscriminadamente populares e marginais. O *Cabo* chegou a ser preso, no ano passado, mas fugiu no dia 17 de julho, graças à conivência de um tenente e um soldado que cuidavam da sua guarda. Nos últimos meses, o ex-soldado PM, esteve nos municípios de Paragominas e Tomé-Açu, no Pará — onde é suspeito do assassinato de um posseiro e de um garimpeiro, a mando de latifundiários locais.

Pesa sobre o *Cabo Bruno* a acusação por mais de 50 assassinatos a sangue frio! O expolicial se vangloriava dos requintes de sadismo que usava no assassinato de suas vítimas — várias delas degoladas. Até agora, ele está indiciado em inquéritos pela autoria de 11 mortes.

Na verdade a atuação do *Cabo Bruno* — e de outros iguais a ele, como os integrantes do Esquadrão da Morte etc. — é o resultado prático dos anos de regime militar.



Cabo Bruno, de volta ao xadrez

Os militares no poder instituíram, na prática, a pena de morte no país, através da atuação paramilitar de elementos como o ex-soldado Florisvaldo. O assassinato em massa de marginais, e muitas vezes de meros suspeitos, não diminuiu em nada, antes aumentou a criminalidade no país. Nunca se mataram tantos marginais neste país, e nunca a violência e a marginalidade cresceram tanto! Num momento em que políticos, como o sr. Jânio Quadros, buscam fazer da campanha pela pena de morte o eixo central de sua atuação, é salutar a condenação dos que aplicavam, por conta própria, a pena de morte. Assassinos acobertados pela omissão cúmplice do governo dos generais. Não é da pena de morte que nosso povo precisa. Mas de uma política de empregos, de salários justos, de condições dignas de vida.

Funcionários elegem diretor da VASP

Os funcionários da VASP — Viação Aérea de São Paulo — elegeram dia 1º de abril seu diretor-funcionário, Renato Vellego, com 1.210 votos à frente do outro concorrente, Mauro Jucá.

Com grande participação dos trabalhadores, a campanha eleitoral de Renato empolgou todos os setores da empresa, como nos disse um engenheiro do setor de manutenção de aeronaves: "Foi pela primeira vez que eu vi na VASP uma integração entre o pessoal da manutenção e o pessoal dos escritórios. A campanha do Renato uniu todos os vaspianos".

O "Projeto Participação", como foi denominado pela VASP, é lei estadual, decretada pelo governo Montoro, que estabelece o direito de os funcionários de empresas estatais



Renato: escolhido para a diretoria

elegerem através do voto direto um representante para compor a diretoria da empresa.

Na VASP, o processo eleitoral iniciou-se com a participação de oito candidatos a diretor dos funcionários, dos quais, após o primeiro escrutínio, permaneceram para a disputa final Luís Renato Vellego, funcionário da VASP há dois anos e meio, na função de técnico químico, e Mauro Jucá, na VASP há 16 anos, hoje gerente da base de Fortaleza.

Desde o início a polarização ficou — como nos confirma um funcionário da manutenção — entre o candidato dos funcionários, Renato, e o candidato dos gerentes de base, das chefias, Jucá. A dedicação e o envolvimento dos funcionários na campanha de Renato foram salutaras. Formou-se um comitê de apoio, que organizou todo o trabalho. "A maior dificuldade que enfrentamos inicialmente foi a questão financeira; ultrapassamos este problema porque realizamos uma campanha barata, que contou com a colaboração dos funcionários da empresa, que subscreveram listas, compraram rifas e principalmente colaboraram no trabalho: na elaboração de cartazes, faixas, bandeirinhas, adesivos etc." — disse Renato.

Trabalhadores do Correio fundam entidade de luta

Realizou-se no último dia 3, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a assembleia de fundação da Associação dos Funcionários da Empresa de Correios e Telégrafos no Estado (ECT). Cerca de 1200 empregados, representando todas as regiões postais, participaram do evento com grande disposição e vibração. No momento em que foi anunciada a fundação oficial da entidade, os funcionários deram vivas, gritaram "Correio unidos, jamais será vencido" e cantaram o Hino Nacional de mãos dadas.

Na ocasião foi eleita a diretoria provisória da Associação, que tem como presidente Pedro Porcino. Conforme afirmou em seu discurso, "O dia de hoje é um marco na consciência dos funcionários

dos Correios e de sua união. Entendemos que somente juntos poderemos lutar contra o que restou do regime militar nos Correios". No final ele agradeceu "o apoio que a *Tribuna Operária* nos deu, fazendo juz ao nome que tem".

GREVE NA BAHIA

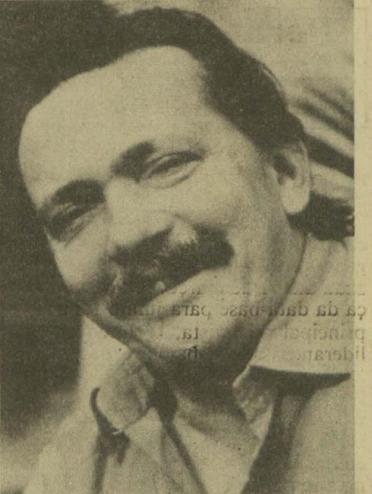
Também os funcionários do Correio da Bahia realizaram uma greve vitoriosa, nos dias 18 e 19 de março, apesar da intransigência do diretor Arthur Napoleão. Os grevistas conquistaram a equiparação salarial com seus colegas de São Paulo e do Rio de Janeiro e os dias parados não serão descontados. Durante os dois dias eles permaneceram acampados na praça da Inglaterra e receberam solidariedade de várias entidades e partidos.

Mais de 3 mil no encontro da UJS em Santo Amaro

Mais de 3 mil pessoas participaram da abertura do projeto "Juventude em Movimento" realizado, no dia 30 de março, na Zona Sul de São Paulo, pelo núcleo da União da Juventude Socialista (UJS) de Santo Amaro junto com outras entidades juvenis. O evento contou com a participação do ator e secretário municipal da Cultura, Gianfrancesco Guarnieri, do jovem cantor e compositor da região, Gazel, dos vereadores Wálter Feldman e Édson Simões (PMDB, da capital) e do presidente do Conselho de SABs de Campo Limpo, Saraiva.

"A região mais fabril de São Paulo não poderia deixar de dar esse grande grito de liberdade em defesa dos direitos da juventude em movimento", observou o vereador Wálter Feldman. Por seu turno, o secretário Guarnieri disse que a esperança da juventude "nasce com a Nova República, que abre espaço para todas as correntes de pensamento e vai consolidar o regime democrático neste país. Sem a organização dos jovens não haverá democracia, pois estão nas mãos da juventude a conquista de seus sonhos e as mudanças que este país reclama". O coordenador de Imprensa da UJS em Santo Amaro, Tarcísio, comentou que o evento "mostrou que a juventude quer o fim da repressão e permanece com os seus objetivos de conquistar trabalho, escola gratuita e melhores condições de vida".

Em Simões Filho, uma cidade operária da Bahia, a 25 quilômetros de Salvador, a UJS promoveu um encontro com a participação de mais de 50 jovens, que contou com as presenças do deputado estadual Vadilson Costa (PMDB), de Arthur de Paula, representante da Comissão pela Legalidade do PC do B, e de outras lideranças democráticas e populares.



Guarnieri, uma das presenças no encontro

Moradores fazem seu I Encontro em Belém do Pará

Com a participação de 200 entidades, foi realizado, dia 31, em Belém, o I Encontro de Centros e Associações de Moradores do Pará, dirigido pela presidente da União de Moradores da Cidade Nova e Guarujá, Maria do Socorro Gomes Rodrigues. Participaram mais de 600 delegados (sendo cerca de três por entidade), além de diversas lideranças sindicais, representantes de partidos políticos, inclusive do PC do B, parlamentares, secretários de Estado e observadores.

Foi eleita uma chapa unitária para a coordenação pró-Federação e foram escolhidos os delegados estaduais na Conam. O Encontro tomou posição, entre outros temas, pela ampla liberdade de organização partidária, pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana e contra o aumento do custo de vida. (da sucursal)

Policiais farão reunião para debater direitos

Os policiais paulistas vão se reunir, no próximo dia 10, às 15 horas, na Assembléia Legislativa. Pretendem discutir a sua participação na escolha dos nomes que comporão o quadro auxiliar de sargentos e cabos da Polícia Militar. "É um direito já conquistado pelo efetivo do Exército, e mesmo as PMs de alguns Estados brasileiros já têm a participação dos policiais na formação do quadro", conta o cabo Osvaldo.

A reunião do dia 10 está sendo organizada por uma comissão de 20 elementos, encabeçados pelo Centro Social dos Cabos e Soldados. O quadro auxiliar de sargentos e cabos prevê a promoção de cabos e soldados com mais de 15 anos de serviço e com o padrão de "bom combatente" na chapa funcional.

Professores lançam chapa para a Apeoesp

Mais de 200 professores paulistas participaram da festa de lançamento da chapa de oposição Apeoesp Presente, no último dia 30, no Sindicato dos Trabalhadores em Editoras. Representações do interior, de entidades sindicais, estudantis, lideranças do professorado e políticos saudaram a chapa como a expressão da combatividade da categoria. As eleições na Apeoesp (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) ocorrerão nos dias 30 e 31 de maio.

Encabeçada pela professora Lilian Pereira Martins, a chapa Apeoesp Presente quer mudar os atuais rumos da entidade que não atende as aspirações da categoria. A partidização, o alinhamento automático à política do PT, conduziram a Associação a um beco sem saída: nos momentos decisivos ela deu as costas às posições da maioria absoluta do povo brasileiro, além de pugnar pela divisão do movimento sindical. Como se não bastasse, a atual diretoria não atacou a questão educacional, tanto que até hoje não tem posição a respeito do assunto. Mas é no dia-a-dia das escolas que a entidade tem sua maior debilidade. Ela não está presente nos locais de trabalho, deixando a categoria sem respaldo na sua luta cotidiana. Para os professores, a Apeoesp só aparece no momento das greves, tentando capitalizar aquilo que foi resultado do esforço de todas as forças comprometidas com as reivindicações da classe.

Portuários de Santos obtêm bom acordo

Os portuários de Santos encerraram a campanha salarial deste ano aprovando um acordo com o Governo Federal, em assembleia conjunta das categorias empregadas nas Docas de Santos, realizada dia 31 de março. A mudança da data-base para junho foi a principal conquista, segundo as lideranças dos trabalhadores.

Eles conquistaram ainda o INPC integral para todas as faixas salariais, acrescido de 2% a título de produtividade; garantia no emprego tal como foi concedida no ano passado (a empresa poderá efetuar apenas seis dispensas sem justa causa durante a vigência do acordo); promoções a cerca de 1.700 empregados; um dia de folga para os cipeiros a cada quinzena para o trabalho de segurança; novos critérios de remuneração por produção; e jornada noturna de seis horas corridas. Não conseguiram a trimestralidade, mas um empréstimo de até 30% do salário básico em abril e maio, pagável em quatro parcelas, sem juros nem correção monetária, de junho a setembro.

O presidente do Sindicato dos Empregados na Administração dos Serviços Portuários, Benedito Furtado de Andrade, considerou que este "foi o melhor acordo feito depois de 64, fruto, entre outras coisas, da grande disposição de luta da categoria e do momento político favorável, onde tem destaque a conquista da liberdade, que alterou o relacionamento entre o governo e os sindicatos".

Jornalistas da Bahia elege nova diretoria

Depois de ser eleita com uma votação expressiva da categoria, tomou posse, no dia 30 de março a nova diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais da Bahia. A solenidade ocorreu na Associação Baiana de Imprensa e contou com a presença de parlamentares, lideranças políticas do Estado e sindicalistas.

O presidente eleito, Raimundo Lima, defendeu no discurso de posse a maior participação dos jornalistas baianos na luta pelas transformações sociais e políticas, necessárias ao progresso da nação — e, em particular, na batalha em torno de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana. Além de Raimundo, compõem a nova diretoria os jornalistas Heloisa Gerbasi, Pedro Formigli, Maria Isabel Santos, José Carlos Prata, Pedro Augusto Pereira (correspondente deste jornal), entre outras. (da sucursal)

Greve dos metalúrgicos dobra patrões

Na madrugada do último dia 2, os metalúrgicos de 24 cidades do interior de São Paulo entraram em greve para obrigar os patrões a atender as suas reivindicações. Já os operários de São Bernardo, no ABC paulista, decidiram desligar as máquinas no próximo dia 11 e até lá realizam operação-tartaruga. Esta forte pressão já resultou num recuo do patronato.



Assembleia e São Bernardo: a chuva não impediu a presença de 30 mil operários

A paralisação dos trabalhadores do interior, coordenada por 19 sindicatos e pela Federação dos Metalúrgicos, colocou os empresários na parede. Eles não acreditavam no êxito do movimento, e ficaram surpresos com a adesão à greve. A disposição de luta e a coesão dos grevistas acabaram obrigando os patrões a retomar as negociações já na manhã do dia 9, em reunião realizada na Delegacia Regional do Trabalho (DRT).

Neste encontro, os representantes da Fiesp (órgão patronal) ainda tentaram demonstrar arrogância, afirmando que só negociariam com o fim da paralisação e insistindo na assinatura do pré-acordo que traz imposições inaceitáveis —

entre elas, de que não haveria nenhuma greve durante a vigência do acordo salarial, sob pena de multa ao sindicato.

Nem mesmo o apelo do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, foi aceito pelos industriais. O novo ministro sugeriu aos empresários que retomassem as conversações, pagando o dia de paralisação e não punindo os grevistas. Aos metalúrgicos, Pazzianotto pediu a suspensão da greve. Os patrões afirmaram que não pagariam o dia parado e só recuariam quando chegou a notícia da quarta operação do presidente Tancredo Neves, às 16 horas.

"Ficou visível o abatimento do Roberto Della Manna (coordenador da Fiesp)", lem-

bra um ativista que participou da reunião no DRT, que relata: "Os patrões sentiram que estavam provocando um impasse num momento político difícil. Eles se retiraram da sala e depois voltaram dizendo que aceitavam a proposta do ministro".

A partir daí, a Federação dos Metalúrgicos e os representantes dos sindicatos do interior decidiram dar uma trégua aos patrões, aguardando novas negociações na semana que vem com a presença do ministro do Trabalho. "Para a gente esta foi uma grande vitória", afirma Argeu dos Santos, presidente da Federação, que explica: "Nós demos uma grande demonstração de força, obrigando os patrões a re-

cuar; acumulamos força na greve, aumentando a confiança na luta e na nossa organização. Além disso, não perdemos nada, já que teremos o dia pago e não haverá punições. Para nós, a greve não terminou. Ela foi suspensa e será retomada caso os patrões não cedam as reivindicações. Agora estamos de cabeça erguida".

ADESÃO À GREVE

Importantes municípios do interior foram atingidos pelo movimento paredista do dia 9. Em São Carlos, com 9 mil operários na base, a greve atingiu 90% da categoria. Nas duas principais empresas da cidade, a Secon e a CBT, ninguém foi trabalhar e não foi necessário nem realizar piquete. Mesmo na Walma, onde trabalham cerca de 100 mulheres e houve repressão patronal intensa, a parada foi total.

Em Salto, todos os 3 mil operários, das 15 fábricas da cidade, paralisaram o trabalho e foi feita uma passeata no centro. Em Ourinhos, entraram em greve 50% dos 1.300 metalúrgicos da base. Segundo denúncias do Sindicato local, membros da Polícia Federal coagiriam os operários a ir para a fábrica. Em Mococa, a greve atingiu as cinco principais empresas.

Em Botucatu, 90% dos metalúrgicos não foram trabalhar e os piquetes nos trevos rodoviários se mostraram bastante eficientes. Em Piracicaba, cerca de 11 mil, dos 13 mil da base, aderiram ao movimento. A

PM foi acionada pelos patrões, mas não usou de violência. Em Sertãozinho, foi feita operação-tartaruga, segundo decisão da assembleia com 800 operários.

"GRUPO INDEPENDENTE"

Já os sete Sindicatos ligados ao chamado "grupo independente", que negociam em separado da Federação dos Metalúrgicos e estão vinculados à CUT — petista, preferiram não unificar a greve com o restante do Estado. Mesmo com as imposições do patronato, aceitaram manter as negociações. Embora isto, a base metalúrgica que compõe este bloco está bastante mobilizada e pronta para entrar em greve.

O que ficou evidente na assembleia realizada em São Bernardo, no dia 31, com a presença de 30 mil operários, apesar da forte chuva. Nela ficou aprovada a paralisação para o dia 11. Até lá os operários realizam operações-tartaruga, diminuindo os estoques das empresas — "o fundo de greve dos patrões".

Em Taubaté, que também segue orientação do "grupo independente", a mobilização superou as expectativas relembrando a greve na região em 1980. No dia 31, mais de 2 mil operários saíram em passeata pelo centro da cidade. A sede do Sindicato foi pequena para comportar os presentes e a assembleia foi feita em praça pública. Várias entidades e partidos se solidarizaram com a luta, entre eles a Comissão pela Legalidade do PC do Brasil.

Operárias denunciam ditadura na fábrica

Com a presença de mais de 350 pessoas, realizou-se nos dias 29, 30 e 31 de março o II Congresso da Mulher Metalúrgica do Estado de São Paulo, que discutiu principalmente a ditadura dos patrões nas fábricas e a discriminação de que as mulheres são vítimas, desde as famosas "cantadas" dos chefes até a falta de creches no local de trabalho.

Estiveram presentes no Congresso o ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, a deputada Ruth Escobar (PMDB), a vice-presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina, Alda Marco Antônio, a presidente da União de Mulheres de São Paulo, Maria Amélia Teles, e representantes de outras entidades feministas e femininas, bem como de outros sindicatos.

As metalúrgicas presentes eram, em sua maioria, jovens e solteiras. Como ressaltou Alda Marco Antônio, "isso representa, de um lado, sangue novo; mas, por outro, confirma o dado de que as casadas não conseguem encontrar emprego. Aliás, da mão-de-obra feminina do Estado apenas 30% são casadas, ou seja, elas são discriminadas".

A mesma opinião foi reafirmada pela diretora do Sindicato dos Metalúrgicos Maria Raimunda Nunes Pereira, a Maria-zinha. "As casadas — disse ela — além de serem barradas pelas empresas, enfrentam também a ditadura dos maridos, que as trancam em casa. Muitas tiram a carteira como se fossem solteiras, para poder trabalhar".

MUITO ENTUSIASMO

Embora nenhuma operária quisesse revelar seu nome, com medo de perder o emprego, o clima era de entusiasmo e alegria. Como afirmou uma operária da Metafil, uma das poucas casadas, "trabalhamos geralmente até 10 horas por dia, não posso nem pensar em ter outro filho. Mas o Congresso contribuiu pra gente acordar". Um grupo de operárias da Carter do Brasil, que participou de

uma greve vitoriosa em fevereiro último, conseguindo inclusive equiparação salarial e estabilidade de três meses, considerou: "Ficamos mais conscientes do que ocorre nas outras fábricas e também no país discutindo os problemas que enfrentamos".

Uma jovem operária da Briston Indústria e Companhia declarou: "Fazemos de tudo, embora minha carteira esteja registrada como ajudante-geral. Nós também fizemos greve e conseguimos até o pagamento dos 15 dias parados". Um grupo de operárias da Zona Sul considerou que "o Congresso foi um passo para a democracia e pela defesa de nossos direitos. Descobrimos que a mulher é importante".

Uma operária da Bijuterias Fan denunciou que as mulheres são obrigadas a fazer faxina na empresa depois do trabalho, não têm PIS nem FGTS. "Agora — disse — comecei a descobrir meus direitos como mulher e trabalhadora. Agora vou lutar para que as sindicalizadas não precisem ir escondidas para as reuniões, com medo do chefe".

Uma operária da Matarazzo achou bom o Congresso "porque a gente pôde falar o que sente. A parte mais importante foi a dos problemas que enfrentamos na fábrica. Sei de casos de moças que perderam a mão, o dedo e até o cabelo por falta de segurança".

Uma operária da Philco, que coordenou um grupo de trabalho, disse que nele se discutiu a Constituinte: "As mulheres acham que ela deve ter liberdade e participação, como mulher e operária presentes".



As operárias saíram às ruas e contaram com o apoio de outras fábricas

Patrão "cantou" e saiu chamuscado

Um dos momentos mais emocionantes do Congresso foi quando uma jovem operária da FH denunciou ter sido demitida por causa de uma "cantada do patrão". Ela é casada, tem um filho de um ano e meio e o marido também trabalha na empresa. O Sindicato e as entidades de mulheres resolveram fazer um ato de desagravo em frente à empresa no dia 2 de abril, na hora do almoço.

Dezenas de operários saíram para ouvir a mensagem do Sindicato e apoiar a colega. Além disso estiveram presentes representantes do Conselho da Condição Feminina, da União das Mulheres de São Paulo e delegações da SAAD e da Mapri. Os moradores das casas próximas à empresa também saíram à rua; e todos os entrevistados, ao saber do ocorrido, achavam justa a atitude de Janete, do Sindicato e das entidades.

Pela primeira vez na história do sindicalismo brasileiro um sindicato faz um ato público em defesa da mulher operária. Quando as Kombis do Sindicato chegaram à porta da empresa, muita gente se aproximou. Em seguida chegou Janete, a vítima do chefe-geral da fábrica. Entrevistada pela

TO ela contou: "Eu já não agüentava mais o clima criado pelo encarregado-geral João Batista Galina, que tinha idade para ser meu pai. Ele me cantava com baixaria, vivia me perseguindo. Discuti com meu marido e ele me deu força para entrar na briga, inclusive porque sou cipeira. Minha demissão foi ilegal.

Contei com o apoio do Sindicato e ganhei força para voltar aqui. Também tive apoio das entidades de mulheres".

Nair Goulart, diretora do Sindicato e uma das organizadoras do Congresso, foi muito aplaudida ao defender a operária oprimida. Maria Amélia Teles, presi-

dente da União de Mulheres de São Paulo, e a representante do Conselho da Condição Feminina também foram homenageadas ao afirmarem que a mulher trabalhadora merece respeito.

Os operários e as operárias da SAAD e da Mapri que foram se solidarizar com Janete tinham opinião idêntica. Como afirmou um torneiro da Mapri, "o Sindicato fez bem. Acho importante isso acontecer para as mulheres terem coragem de denunciar o que ocorre dentro da fábrica". Uma metalúrgica da SAAD destacou: "A mulher tem direito de trabalhar com dignidade. Esse homem devia ser demitido".

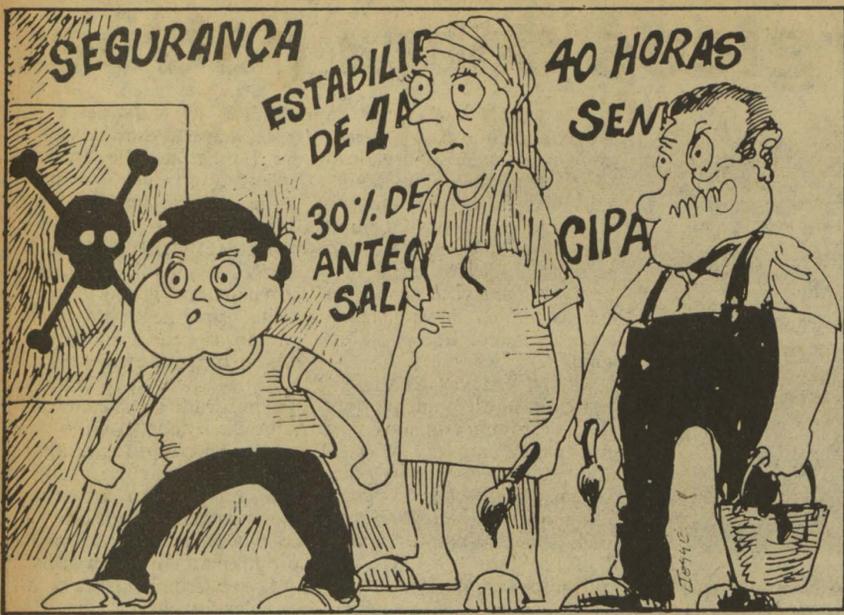
Uma operária da Elebra, que participou do Congresso, considerou fundamental que a denúncia fosse feita. "A parte política do Congresso ainda foi fraca — disse. As operárias ainda não sabem bem o que é Constituinte. Inclusive o Sindicato vai fazer uma campanha de divulgação do que isso significa e da importância da presença operária. Mas a denúncia dos problemas do dia-a-dia valeu. A mulher está começando a se valorizar e a descobrir que tem direitos". (Olivia Rangel)



O Congresso despertou as metalúrgicas para a luta por seus direitos



Foto: César Diniz



Londrina pára e motoristas ganham

Em Londrina existe apenas uma empresa de transportes coletivos, a Transporte Coletivo Grande Londrina, que atende toda a população, monopólio este firmado através do Executivo local há dez anos.

Em consequência da defasagem salarial dos trabalhadores, na manhã do dia 26, nesta terça-feira, a cidade amanheceu totalmente parada por uma greve que começou de 5 da manhã até as 10h.

Desde o dia 23 de março que os funcionários vinham tentando negociar com a empresa, que não queria

aceitar as seguintes reivindicações: 1 - Correção salarial com aplicação de 100% do INPC; 2 - Aumento trimestral de 50% do INPC; 3 - Abono de emergência em decorrência da perda salarial de 1.984, fase do decreto 2.065/83, no valor de um salário-mínimo; 3 - Descanso semanal remunerado; 4 - Estabilidade de emprego para um ano, etc.

Mas a mobilização e a união revelaram principalmente ao empresariado e ao Executivo local a força que o povo londrinense tem, prometendo parar novamente se as conquistas (parciais, já que o sindicato se

manteve todo o tempo negociando na defensiva) não foram efetivadas.

Conquistas: 1 - Um salário-abono incluindo no mês de março mais 5% de aumento retroativo; 2 - Estabilidade de emprego até dezembro/85; 3 - Continuação das negociações das reivindicações acima até o mês de maio, que é a data-base da categoria.

Há que se lembrar a solidariedade demonstrada pela população à greve, seguindo atrasada para o trabalho e afirmando ser totalmente favorável ao movimento. (amigo da TO em Londrina, Paraná)

Têxteis de Minas criam Associação e lutam por ela

Com o propósito de dotar a sua categoria de um instrumento de luta, os trabalhadores das indústrias de tecidos de Montes Claros, Minas Gerais, criaram no dia 14 de março a Associação dos Trabalhadores Profissionais na Indústria de Fiação e Tecelagem de Montes Claros.

Terminada a tramitação burocrática, passaram imediatamente a levar à categoria a idéia da Associação e a filiar novos trabalhadores. A Associação já conta inclusive com o percentual da categoria exigido por lei para se transformar em sindicato. Porém, a Companhia de Tecidos do Norte de Minas (Coteminas), a maior empresa na região e também a empregadora, ao ver que seus interesses estavam ameaçados, começou a fazer toda sorte de pressão sobre os fiadores e tecelões, desde as mais diversas ameaças até demissões em grupo.

Até o dia 22 de março haviam sido demitidos 25 funcionários, sendo 8 da diretoria da Associação; essa ameaça paira sobre outros 300 trabalhadores. Além

disso cerca de 900 operários vêm sendo coagidos a assinar papéis em branco, num claro desrespeito às leis. A firma diz claramente que tem dinheiro e por isso está acima das leis vigentes no país!

Com a exclusão de seu quadro de funcionários dos diretores da entidade e de todos os que participaram diretamente da criação da mesma, a Coteminas passou à criação de uma entidade paralela "dos trabalhadores".

Segundo João Alves, diretor da Associação e recentemente demitido do emprego, "os trabalhadores estão unidos e não vão recuar diante de pressões". A Associação vem contando com o apoio de vários sindicatos da cidade, principalmente dos Metalúrgicos, e dos Trabalhadores na Construção Civil.

Em duas assembléias, os trabalhadores decidiram iniciar negociações com os patrões para a volta dos demitidos ao trabalho. Caso contrário vão entrar na Justiça contra a empresa. (amigos da TO em Montes Claros, Minas Gerais)



fala o POVO

Os operários ocuparam um grande espaço neste número do Fala o Povo: têxteis, borracheiros, trabalhadores nos transportes e outras categorias denunciaram sobre suas condições de trabalho e relataram alguns movimentos que fizeram em defesa de seus direitos. É o caso dos motoristas e cobradores de Londrina, no Paraná, que fizeram uma greve exigindo salários decentes, estabilidade etc. E que conseguiram conquistar o apoio da população e diversas de suas reivindicações.

Estes e outros casos relatados neste número servem de exemplo para todo o Brasil. Assim a greve dos motoristas de Londrina, no Paraná, poderia ter ocorrido em qualquer Estado do Brasil. Por isso mesmo cartas como esta contribuem para divulgar uma luta concreta que pode ocorrer a qualquer momento. (Olivia Rangel)

Borracheiros param por suas reivindicações

A Levorim é uma empresa que pertence à categoria dos borracheiros de São Paulo, situada em Guarulhos, onde trabalham 1.300 funcionários, entre os quais muitas mulheres e menores de idade. Os operários, que já não agüentavam tanto abuso e exploração por parte da empresa, decidiram ir à greve por seus direitos. É gritante o desrespeito patronal até mesmo frente às leis já existentes, como por exemplo a referente ao trabalho de menores em serviços perigosos (autoclaves), refeitório decente no local, armários e chuveiros suficientes, higiene e limpeza nos sanitários, adicional de insalubridade, pagamento do salário-piso da categoria aos menores, um só cartão de ponto para horas normais e extras trabalhadas, anotação correta dos salários em carteira, além do vergonhoso e inadmissível abuso das chefias que ameaçam as mulheres caso não aceitem suas propostas indecorosas.

Com a greve, que começou no dia 18/03 e se encerrou no dia 20/03, os trabalhadores reivindicaram ainda comissão de fábrica reconhecida, estabilidade de 1 ano, 40 horas semanais sem redução de salário, 35% de antecipação salarial, 10% de aumento real, Cipa, 10 minutos de manhã e à tarde para cafezinho, ônibus para quem mora no Jardim São João e homologação a ser feita no Sindicato.

A greve foi deflagrada parcialmente, recebeu adesão da grande maioria, o que fez o patrão recuar e aceitar a negociação com o Sindicato, cujos diretores estiveram à frente da luta e deram total apoio ao movimento. Com a nossa união, arrancamos 30% de antecipação salarial, regularização dos cartões de ponto, anotação correta na carteira, pagamento dos dias parados e o compromisso do patrão de discutir todos os demais itens no prazo de 90 dias, com o Sindicato. Enquanto isso vamos nos organizar para garantir maiores conquistas. da Levorim - São Paulo, SP)

Morreu ditadura dos quartéis

Os homens se alegram Das boas-novas: morreu A ditadura dos quartéis. Morreu. Quem viu? Todo Brasil Se lembra das quatro estrelas de caserna Que reinavam a democracia dos canhões? Hoje é uma só estrela civil Brilhando acesa no coração.

Uma liberdade de músculos ainda trôpegos Abre suas asas sobre o país do pau-brasil. 100 milhões de alunos atentos Aprendem o bê-a-bá de um novo tempo.

Centro de Documentação e Memória Operária - Araguaína

Funcionários em greve por insalubridade

Os funcionários da Cozinha Industrial do Estado do Rio fizeram greve por 24 horas, no dia 18. A Cozinha serve alimentos a 6 hospitais, num total de 5 mil refeições por dia. As condições de trabalho são péssimas. Os funcionários sofrem com o calor intenso, o vapor e com os pés molhados, pois há locais com imensas poças d'água. Apesar de condições extremamente insalubres, não recebem a insalubridade, como seus companheiros da área de Saúde, e sim, um salário de Cr\$ 178 mil.

Diante disto, pararam exigindo pagamento imediato do percentual de insalubridade. Foi feito um piquete com 92 funcionários, suspendendo o fornecimento de refeições aos pacientes, que comeram quantidades fornecidas por firmas particulares de outros hospitais. "Se há dinheiro para pagar a estas firmas, por que o governo não nos paga a insalubridade?" É o que pergunta o pessoal. Se a saúde não tem sido prioridade do governo estadual, que se pode da cozinha dos hospitais?



Ao ter conhecimento da greve, o secretário de Saúde do Estado ameaçou demitir e remanejar os funcionários e acabar com a cozinha central. Isto só reforçou o ânimo de todos eles.

Diante do êxito da greve, a mobilização é grande. Foi marcado um encontro com o secretário estadual de Saúde para dia 18, e a categoria decidirá parar a partir do dia 27, caso não sejam

atendidas suas reivindicações.

Os funcionários continuam unidos aos companheiros da Saúde em luta, enfrentando o desgaste que o governo vem imprimindo ao movimento, mobilizando todos os hospitais do Estado e do município do Rio para a assembléia do dia 27. (Maria da Glória Silva, diretora da UNSP - Rio)



Operários da Crisa denunciam clima de terror na empresa

Os operários da Crisa da cidade de Araguaína, andam assustados com as arbitrariedades dos engenheiros ele escreveu uma carta ao Governador denunciando alguns fatos. Os engenheiros usam a lei para maltratar os operários, como bandidos, nunca usam bom senso para ajudar os operários e fazem a sua própria lei. Quando um operário acompanha sua família na assistência médica, aqueles dias são descontados em suas férias. Se o operário recebe assistência médica, seu atestado tem obrigação de ser rigorosamente anotado em sua carteira profissional. Não sabemos o que vai acontecer, devido à tensão com o operário Ferreira, o qual, segundo se prevê, será demitido, ou transferido, se não houver uma proteção. Nós, operários, lamentamos. As causas são tão complicadas que até mesmo o operário Ataul foi espancado pela mulher do engenheiro e teve a obrigação de ficar calado. No governo do Dr. Iris Resende Machado, os operários da Crisa de Araguaína esperavam mudanças que não aconteceram, gerando só insegurança e tensão no meio operário.

Para repúdio de todos os operários, novamente surge uma nova vítima, o senhor

Antônio Ferreira Barbosa, vulgo Ferreira. Inconformado com as arbitrariedades dos engenheiros ele escreveu uma carta ao Governador denunciando alguns fatos. Os engenheiros usam a lei para maltratar os operários, como bandidos, nunca usam bom senso para ajudar os operários e fazem a sua própria lei. Quando um operário acompanha sua família na assistência médica, aqueles dias são descontados em suas férias. Se o operário recebe assistência médica, seu atestado tem obrigação de ser rigorosamente anotado em sua carteira profissional. Não sabemos o que vai acontecer, devido à tensão com o operário Ferreira, o qual, segundo se prevê, será demitido, ou transferido, se não houver uma proteção. Nós, operários, lamentamos. As causas são tão complicadas que até mesmo o operário Ataul foi espancado pela mulher do engenheiro e teve a obrigação de ficar calado. No governo do Dr. Iris Resende Machado, os operários da Crisa de Araguaína esperavam mudanças que não aconteceram, gerando só insegurança e tensão no meio operário.

Para repúdio de todos os operários, novamente surge uma nova vítima, o senhor

Realizado em Belém ato em prol da Constituinte

No dia 28 de março, realizou-se em Belém uma passeata e depois um ato público pela constituinte livre e soberana. Foi uma manifestação promovida pela UMES (União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas) em homenagem ao estudante paraense Edson Luís assassinado pela ditadura em 68 no restaurante calabouço no Rio de Janeiro.

A UMES conseguiu com o secretário estadual de educação a liberação dos alunos nos colégios centrais logo após o recreio (15h).

A passeata começou no colégio Deodoro de Mendonça, onde a diretoria da

escola não queria deixar a Umes e o CCE mobilizar os estudantes para o ato nas salas antes do recreio. O companheiro Humberto, do CCE, conseguiu entrar numa sala e tirar todos os estudantes formando um cordão de mobilização que passava de sala em sala e chamava os estudantes a sair do colégio e participar do cordão. Em cada sala que o cordão passava tirava a maioria dos estudantes. Se não fosse o boicote de Fernando, ligado ao jornal *Horário do Povo*, que dividiu e dispersou os estudantes, a grande maioria teria descido para a passeata. Mesmo assim cerca de 400 alunos saíram da escola. A passeata

passou nos colégios Orlando Bittar e Instituto de Educação do Pará tendo grande adesão. Quando a passeata passou em frente ao consulado americano cerca de 2.000 gritavam juntos "Fora daqui o FMI" apontando para a bandeira americana. Antes de chegar ao local do ato (em frente ao Palácio do Governo), a passeata passou em diversas escolas.

Falaram no ato as entidades gerais, partidos e estudantes que declamavam poesias. Os representantes da UNE e da Comissão pela Legalidade do PC do B estão entre os mais aplaudidos. (um estudante amigo da TO-Belém, Pará)

passou nos colégios Orlando Bittar e Instituto de Educação do Pará tendo grande adesão. Quando a passeata passou em frente ao consulado americano cerca de 2.000 gritavam juntos "Fora daqui o FMI" apontando para a bandeira americana. Antes de chegar ao local do ato (em frente ao Palácio do Governo), a passeata passou em diversas escolas.

Falaram no ato as entidades gerais, partidos e estudantes que declamavam poesias. Os representantes da UNE e da Comissão pela Legalidade do PC do B estão entre os mais aplaudidos. (um estudante amigo da TO-Belém, Pará)

Exposição de Sigaud, o pintor dos operários

“Eu retrato até hoje a miséria de nossa classe inferior, minha pintura é da linha Socialista”, afirmou em 1975 o pintor Eugênio de Proença Sigaud. Tido como “o pintor dos operários”. Sigaud morreu em 1979, e sofreu a conspiração do silêncio em torno de sua obra. Agora ela está sendo exposta no “Espaço Chap Chap”, em São Paulo.

Sigaud nasceu em julho de 1899 e começou sua produção pictórica nos anos 20. Criado no interior de Minas, logo muda-se para o Rio, onde estuda com o professor Modesto Brocos Y Gomes. Confessa-se, nesse período, “formado” com uma cultura da Pintura moderna da época, influenciado por todos aqueles impressionistas, Cézanne, Monet etc.”

Dessa época é o quadro “Lúcifer”, modernista, que participa da 32ª Exposição Geral de Belas Artes em 1925, e é duramente criticado pelos cultores do academicismo. Mas é saudado por críticos mais abertos, como Jordão de Oliveira que afirma que Sigaud “teve o heroísmo de fugir à regra geral, exibindo uma tela cheia de mocidade, de audácia e de alegria, uma tela futurista, digamos assim, onde o gênio da arte moder-

na se projeta em todos os sentidos...”

A partir de 1937, “os temas do trabalho foram predominando pouco a pouco” em sua obra, como faz notar o estudioso de artes plásticas Quirino Campofiorito. “A torre de concreto”, “O escravo liberto”, “Bate-estacas”, “Trabalhadores das minas”, “O estaleiro” são os assuntos abordados por seu pincel desde então. Sigaud pinta principalmente os operários da construção civil — categoria com quem estava intimamente ligado através também de seu trabalho como arquiteto.

Artista atuante, Sigaud chegou a militar no Partido Comunista do Brasil nos anos 40, participando da campanha pela legalidade do Partido naquele período. Juntamente com Portinari, Santa Rosa, Campofiorito, Bule Marx, Heitor

dos Prazeres, entre outros, participa de uma exposição onde “os artistas plásticos oferecem ao Partido Comunista do Brasil a sua contribuição, afirmando, assim, sua solidariedade na luta que o mesmo vem sustentando pela democratização do país e melhoria da vida do povo brasileiro”, conforme dizia um dístico apostado no salão.

Quando ocorre o golpe militar de 1º de abril de 1964, Sigaud conclama a Maçonaria — a que se ligara — a condenar a quartelada. “O temor da opressão antes acovarda que fortifica”, escreve então. Anos antes havia assinado um “Manifesto dos Artistas Modernos Independentes”, onde expressara: “Somos pela cultura e conhecimentos plásticos, com a livre expressão individual, a serviço da emancipação nacional e popular da nossa pátria. Queremos viver e representar a nossa época! Queremos seguir a evolução da ciência e da humanidade! Queremos sentir e expressar, através das artes plásticas, os anseios, problemas e sofrimentos, nossos e de nosso povo! Queremos, enfim, refletir a evolução histórica e social da humanidade!”

Por manter-se fiel a esses ideais, Sigaud foi mantido no esquecimento; sua obra foi boicotada pelos grandes meios de divulgação. A exposição organizada por Carlos Sorensen para inaugurar o Espaço Chap Chap (rua 13 de maio, 1585, fone 287-2522) é uma oportunidade rara de conhecer a obra desse pintor que confessava: “Minha pintura nunca foi um ato gratuito, porque isto seria antes de tudo uma covardia. Célebre com ela, especialmente, a magnitude do trabalho humilde do operário, esse trabalhador anônimo em todos os setores da grandeza da pátria”. A exposição pode ser apreciada até o dia 3 de maio, das 14 às 21 horas. Detalhe importante: o Espaço Chap Chap cede, por empréstimo, a exposição para todo o Brasil. (Carlos Pompeu)



Operário, presença constante nas telas de Sigaud

Derrota não desanimou Maguila

O pugilista brasileiro Adilson Maguila Rodrigues, o Maguila, de 26 anos, sofreu sua primeira derrota em 15 combates, na luta de domingo, dia 31, contra o argentino Walter Daniel Falconi, no ginásio do Corinthians.

Maguila foi nocauteado no terceiro assalto, depois de receber um direto de direita no molar esquerdo, aplicado pelo argentino. Todos lamentamos, mas o boxeador brasileiro, campeão sul-americano, não saiu completamente abatido e já demonstra boa disposição para novas lutas.

Afinal, eventuais derrotas fazem parte da vida de um lutador. E isso foi compreendido pelo público no ginásio do Corinthians. No final, os presentes aplaudi-

ram de pé o pugilista nocauteado, dando-lhe um vigoroso incentivo para continuar na luta.

A derrota teve suas causas, fundamentalmente resultantes de pequenas, mas relevantes falhas de Maguila. Antes mesmo do primeiro round ele ostentava uma excessiva confiança — fruto, provavelmente, das vitórias anteriores (14 lutas por nocaute).

Logo no primeiro assalto (apesar de não menosprezar o adversário, excelente boxeador), Maguila deixou de atender às recomendações do seu técnico — que é o nosso companheiro, membro da União da Juventude Socialista, Ralph Zumbano.

O segundo assalto já foi mais favorável, apesar do

efeito do golpe sofrido no primeiro. No terceiro, aconteceu o pior. Por um descuido muito grande em sua guarda esquerda, Maguila deu chance para o golpe desferido pelo adversário e que o levou à lona. Ainda queria continuar a luta, mas já não tinha condições. Entretanto o boxeador brasileiro já no dia seguinte procurou o técnico, pediu-lhe desculpas e referiu-se à necessidade de uma revanche. Agora, em boa disposição, ele manterá um trabalho de explosão muscular, fará exames médicos, cuidando de se preparar melhor para novos combates.

(Elisio Cardoso Macambira, coordenador de Esportes da União da Juventude Socialista — UJS)

Metroviários mostram que são bons de música

O operador de trem Benedito Araújo, durante as horas de folga, faz música. E muito bem. Foi o que provou durante a realização do II Festival Metroviário de Música Popular Brasileira, organizado pelo Sindicato, e que teve a finalíssima no dia 30 de março. Junto com ele, dezenas de metroviários tiveram a oportunidade de mostrar a música feita por trabalhadores.

Benedito classificou-se em 1º lugar e nunca havia participado de um festival, e não cabia em si de contentamento, ao ser anunciada a sua vitória. “Sempre gostei muito de música. O violão é minha paixão. É um grande contraste com o meu serviço. Fico durante oito horas por dia submetido a um barulho horrível, e quando chego em casa, é um momento de prazer quando pego o violão. Às vezes fico até mais de oito horas tocando — mais do que trabalho. Então, a oportunidade que o Sindicato nos dá de mostrar nossa música, ao fazer o Festival, é um negócio muito bom. Acho que isso fortalece o próprio Sindicato, e une mais a categoria.”

A canção classificada em 2º lugar foi “Caboclo Forte”, do metroviário Vantuir em parceria com seus amigos Wanderley, Luizinho e Lailton. Vantuir não pôde comparecer ao festival no dia da finalíssima (ocorreram três eliminatórias), pois estava trabalhando... Não foi esse o caso do terceiro classificado, Rubens de Oliveira, autor de “Duras Raízes”. Ele mesmo cantou sua canção, e ao saber do resultado dedicou o prêmio “ao compositor amador”.

“Faz mais de 10 anos que faço música — contou Rubens — e foi minha primeira participação num festival do Sindicato. Acho que todos os sindicatos deveriam dar continuidade a esse trabalho.



Metroviários: 51 músicas no Festival organizado pelo Sindicato

Tem muito operário com o dom da música, da poesia, etc. Suas entidades devem dar oportunidade a esse pessoal de mostrar seu trabalho”. Rubens trabalha no departamento de segurança do Metrô paulistano.

Para Irene Portela, cantora e integrante do júri, o festival “foi uma oportunidade do metroviário mostrar seu lado artístico, colocar suas coisas para fora. É necessário aos homens desenvolverem sua arte”. Roque de Sousa, outro jurado, destacou que o festival “foi um exemplo para outros setores. Apareceu muita coisa de valor, de partido alto a marcha rancho; algumas músicas bem trabalhadas, outras ingênuas. Mas elas refletem o que é o

povo brasileiro. Isto é algo de grande valor. Afinal, foi organizado e realizado por trabalhadores”.

Marcelo B. A. da Silva, mecânico de manutenção, foi o principal organizador do festival: “O saldo foi muito positivo, pela participação do pessoal, pelo clima de companheirismo que imperou aqui, pelo resultado final. Os bancários e os aeroviários também já fizeram festivais deste tipo. O primeiro dos metroviários foi em 1983, e eu acho que devemos dar continuidade ao trabalho. Agora nós vamos tentar fazer um disco com todas as músicas que participaram da finalíssima. Vamos trabalhar para isso”.

Pompeu de Souza, comandando a “Comissão das vítimas da censura”

O jornalista Pompeu de Souza está entusiasmado com a sua nova incumbência: coordenar a comissão que recebeu seu nome (vinculada ao Ministério da Justiça) e que tem como objetivo rever toda a situação da censura no país de forma a responder aos anseios de liberdade do povo brasileiro.

Pompeu de Souza foi escolhido por causa de seu longo currículo de resistência democrática: participou da ANL, lutou contra o Estado Novo, inclusive no exílio; dirigiu o Comitê pela Anistia de Brasília; a campanha de Euler Bentes contra a candidatura do general Figueiredo, e participou do comitê suprapartidário pelas diretas-já. Em Brasília, é o presidente do Sindicato dos Escritores, da representação da ABI e do PMDB local.

Pompeu de Souza tem total aversão a qualquer forma de censura, mas reconhece que a do Estado Novo tinha uma vantagem sobre a exercida pelo regime militar que caiu em 15 de março: “No tempo do Estado Novo, a censura era da competência do DIP, e como Lourival Fontes, seu diretor, era um intelectual, embora de formação fascista, o DIP constituía um colegiado de censores que era um verdadeiro reduto de intelectuais”. Ele lem-

bra que aí estavam Prudente de Moraes Neto, Raimundo Magalhães Jr. e Vinícius de Moraes. “Os atuais censores são submetidos a um exame que inclui testes de resistência física, e são treinados pela Academia Nacional de Polícia”.

Para a Comissão que coordena, Pompeu de Souza indicou nomes tais, que a imprensa já chamou de “comissão das vítimas da censura”: Chico Buarque, Marília Pera, Ana Carolina, Antônio Houaiss e Ziraldo. Completa a comissão a advogada Terezinha Costa, indicada pela CNBB. A sua sessão inaugural já revelou uma tendência, que é a de transformar a censura em mera classificação de espetáculos. Pompeu de Souza explica que a classificação deverá ser “supletiva, e não substitutiva do pátrio poder”. Assim, os pais poderão discordar da classificação se julgarem seus filhos em condições de assistirem ao espe-

táculo, não sendo proibidos de levá-los onde estejam sendo exibidos.

Ainda nesta reunião, por proposta de Chico Buarque, foi decidido que a Comissão vai requerer todo o acervo de obras proibidas existentes na Divisão de Censura, o que já vai ser feito na reunião do Conselho Superior de Censura de 9 de abril. O intelectual Antônio Houaiss externou ainda a sua intenção de propor que o Conselho venha a se chamar “Conselho Superior de Preservação da Liberdade de Expressão”. Uma situação bem diferente da vivida por Pompeu de Souza no Conselho Superior de Censura, onde viu o ex-ministro Abi-Ackel alterar a sua composição, fazendo-o mais repressivo, e impor dispositivo pelo qual passava a poder manter decisões de não liberar obras já liberadas pelo Conselho em grau de recurso. Tudo como reação à derrota em mandato de segurança contra procedimento desta ordem já cometido anteriormente. Aliás, a revogação desse decreto já está sendo providenciada por proposta da Comissão Pompeu de Souza. (Fernando Tolentino, de Brasília)

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
 Telefone: 36-7531 (DDD 011).
 Telex: 01132133 TLOBR.
 Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
 Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
 ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaje, CEP 57000. Macelão: Rua Cincinco de Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
 AMAZONAS - Manaus: Rua Simoni Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone 237-6644 - CEP 69000.
 BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar, sala 1, Centro - CEP 45800. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6A - CEP 44060 - Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. SALVADOR: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro, CEP 40.000. São Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43.700. DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302. CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60.000.

Tribuna Operária

Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79960. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100. ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro de Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100. MARANHÃO - São Luís: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000. MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000. MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100. MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. Juiz

de Fora: Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100. PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000. PARÁIBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540, 2º andar, sala 201 - Calçada - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318 - 1º andar - CEP 58100. PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428 - CEP 80000. Fone: 234-7454. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100. PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144 - 1º andar, sala 4 - CEP 64000. PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua Sossogo, 221, Boa Vista. RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alencim - CEP 59000. RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua dos Andrades, 1204, 3º andar, sala 3, CEP 90000. Caxias

do Sul: Rua Dal Cannale, 1891, 2º andar, fundos, CEP 95100. Pelotas: Rua Andrada Neves, 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 520. Aberto depois das 18 horas e sábado das 9 às 12 horas. RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua Alvaro Alvim, 31, sala 1801 - Cinelândia - CEP 20000. Niterói: Av. Amarel Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Av. Marechal Floriano, 2449, sala 4, Centro - CEP 26000. SÃO PAULO - Americana: Av. dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saraiva, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13580. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200. SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco - Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

A TRIBUNA OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda., Composição, Paste, Up, Fotolito e Impressão, Cia. Editora Jorj, Fone: 815-4999 - São Paulo - SP - CEP 01318.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

Anual (52 edições) Cr\$ 100.000
 Anual popular (52 edições) Cr\$ 50.000
 Semestral (26 edições) Cr\$ 50.000
 Semestral popular (26 edições) Cr\$ 25.000
 Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70

NOME:
 ENDEREÇO:
 BAIRRO:
 CIDADE: CEP:
 ESTADO:
 PROFISSÃO: DATA:

CDM
 Preços válidos por tempo limitado. Cópia de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi, Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP - CEP 01318.

Receba em casa a Tribuna Operária fazendo já a sua assinatura!

Tribuna Operária
 300 PMs caçam posseiros no Pará

PC do B: legalidade em todo país

A campanha nacional pela legalidade do Partido Comunista do Brasil registrou novos sucessos nos últimos dias, com as manifestações em Salvador (3 mil pessoas presentes), Rio de Janeiro (2 mil), Goiânia (2 mil), São Luís e Aracaju. Em duas semanas houve atos públicos pela legalidade em 16 Estados, reunindo no total cerca de 30 mil pessoas.



No Rio de Janeiro, o plenário e as galerias da Câmara dos Vereadores não bastaram para abrigar o público presente; ao lado, aspecto do ato público na Assembléia de Goiás



Bahia

Na capital baiana, desde a tarde de sábado, dia 30, foram chegando as caravanas do interior e dos bairros ao auditório do Icéia. Elas vinham com batucadas, faixas e bandeiras, cada uma gritando sua palavra de ordem de saudação à legalidade do PC do B. O auditório ficou completamente lotado, com muita gente em pé.

O ato foi aberto por Péricles de Souza, da Comissão pela Legalidade do PC do B, e o primeiro pronunciamento foi do vereador Ib Mattos, presidente da Câmara Municipal de Salvador: "A legalidade do PC do B é uma vontade do povo brasileiro. Foram vocês, comunistas, junto com os setores democráticos, que garantiram a transição democrática no país".

"Vocês dão uma dimensão exata da sua força", afirmou o líder do PMDB na Assembléia Legislativa, deputado Galdino Leite, acrescentando que prestava ali um gesto não só de solidariedade, "mas de reconhecimento do importante papel que vocês tiveram na conquista democrática. Ninguém pode negar — disse ainda — o papel preponderante que vocês tiveram na campanha das diretas e na eleição de Tancredo Neves".

O presidente do prestigioso Sindicato dos Petroquímicos, Nilson Bahia, ressaltou igualmente que "a sociedade brasileira tem um débito com os comunistas". O presidente da União dos Estudantes da Bahia, Carlos Andrade, enfatizou que "os estudantes brasileiros têm motivos de sobra para lutar pela legalidade do PC do B". A diretora da Federação das Associações de Bairros de Salvador, Aladilce, declarou que as entidades de moradores lutam pela legalidade "porque interessa a todo o povo".

Entre outros pronunciamentos, o deputado federal Domingos Leonelli ressaltou a necessidade da união dos setores progressistas para alcançar novos avanços. Mário Kertzs, ex-prefeito de Salvador, destacou que o PC do B é um partido que não teme a mobilização de massa. E agregou: "Espero continuar ao lado de vocês para conquistar novos avanços da democracia em nosso país". O presidente regional do PMDB, deputado federal Marcelo Cordeiro, também falou realçando que "a legalidade do PC do B rompe com a democracia limitada" e que a unidade entre os democratas é fundamental para acabar com a fome e a dependência nacional.

O último a se pronunciar, muito aplaudido, foi o deputado federal Haroldo Lima. Depois de historiar os 63 anos de vida do PC do B, Haroldo advertiu que, como "o imperialismo está ameaçando e, o militarismo também", as forças da democracia "não podem se dar ao luxo de se desunir".

Na platéia, destacavam-se as caravanas do interior. Vieram ônibus especiais de Vitória da Conquista, Itapetinga, Ilhéus, Itabuna, Caetitê, Guanambi, Jequié, Feira de Santana, Juazeiro, Serrinha, Itapicuru, Alagoinhas, Camaçari, Candeias, Simões Filho, Cachoeira, Irecê, Maragogipe, Paratinga, Santo Amaro da Purificação e outras.



O consagrado romancista Jorge Amado, impossibilitado de comparecer à manifestação de Salvador, enviou uma mensagem na qual afirma: "Aproveito a ocasião para reafirmar aquilo que tenho dito e repetido em pronunciamentos, declarações e entrevistas: Não teremos uma democracia em sua plenitude enquanto existirem no Brasil partidos ditos clandestinos, ou seja, enquanto não se conquistar ampla e total liberdade de organização partidária. Toda e qualquer corrente de opinião deve ter o

direito de expressar livremente suas idéias e de, em torno delas, se organizar em partido e disputar nas eleições o voto do povo, o que é válido sobretudo para os comunistas, tão violentamente perseguidos pela ditadura.

"Receba, caro Haroldo Lima, juntamente com os demais organizadores e participantes da manifestação pró-legalidade do PC do B, os votos de sucesso na luta pelo estabelecimento da completa normalidade democrática neste nosso tão sofrido Brasil".



povo não só lotou o plenário e as galerias da Câmara dos Vereadores como também transbordou para as adjacências. Delegações e populares que chegaram um pouco atrasadas não conseguiram sequer entrar, lotaram a escadaria frontal da Câmara onde um carro de som transmitia os discursos para a Praça da Cinelândia. Segundo os funcionários da Câmara, foi a maior manifestação já vista naquela casa.

Desde cedo um grande trio elétrico enfeitado com bandeiras vermelhas havia percorrido o centro da cidade convocando a população, e à tarde a Praça da Cinelândia se transformou numa verdadeira "feira da legalidade", com diversas barracquinhas, um bazar e pronunciamentos de populares através do microfone do trio. Muitos velhos militantes, emocionados, reencontraram ali o seu partido — a exemplo de Raimundo Batista da Silva, 72 anos, que ingressou no PC do Brasil nos anos 30 e desde o

golpe de 1964 havia perdido contato com seus companheiros. Ao ouvir a convocação feita pelo trio, ele se dirigiu imediatamente para a Cinelândia onde vestiu a camisa da legalidade e, visivelmente comovido e orgulhoso, mostrava a todos uma medalha guardada com todo carinho na sua carteira do 4º Congresso do partido, realizado em 1954.

Compareceram à manifestação mais de uma centena de representantes de entidades sindicais, estudantes, de moradores, de jovens, de mulheres, culturais, do movimento negro e de outras causas democráticas. Entre outros, usaram da palavra o conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa, Augusto Villasboas (representando o presidente Barbosa Lima Sobrinho), e o presidente da Famerj (Federação das Associações de Moradores), Jo Resende; o deputado Romualdo Carrasco em nome do PFL, o deputado José Eudes, do PT, o deputado José Augusto Gui-

marães, representando Moreira Franco, o deputado Godofredo Pinto, do PMDB, o deputado Carlos Fayal, do PDT, em nome da Assembléia Legislativa, e o presidente da Câmara Municipal, Cléber Barbosa. Compareceram diversos outros vereadores, entre os quais Antônio Pereira, o Pereirinha, que cedeu seu gabinete para centralizar a organização do ato.

Mas o traço marcante da manifestação foi a presença do povo trabalhador. Vieram delegações de favelas e bairros longínquos, como Rio das Pedras, São Gonçalo, Jacaré e Cantagalo, em Niterói, Seropédica, em Itaguaí. Um dos momentos mais emocionantes foi quando uma delegação de operários do Estaleiro Mauá entregou uma bandeira do PC do B ao representante da Comissão Nacional pela Legalidade, Rogério Lustosa. Também houve grande vibração do plenário com a homenagem prestada aos veteranos comunistas do Rio, ali representados por Elza Monerat, Keller e Calado.

Goiás

Também em Goiânia, apesar da forte chuva que caiu na cidade segunda-feira, dia 1º, o ato pela legalidade reuniu um público como raras vezes se viu na Assembléia Legislativa.

A manifestação espelhou as mudanças que o país atravessa. Ali estavam desde o dirigente comunista João Amazonas ao secretário do Interior e Justiça, Luiz Alberto Soyer, representando o governador Iris Resende. Participaram representações oficiais dos partidos políticos — PMDB, PT, PFL, PTB, PDS — e até da comunidade religiosa dos evangélicos. Presentes também líderes dos catireiros e foliões de Goiás, sindicalistas, jovens, mulheres.

Compareceram caravanas e delegações de diversos pontos do Estado: Anápolis, Rio Verde, Morrinhos, Aragarças-Barra do Garças, Catalão, Porangatu, Piracanjuba, Anicuns, Aparecida de Goiânia, Jussara, Colméia, Caturai, Alexânia, Arapoema, Goiás Velho. Dos bairros saíram 15 ônibus, lotados, que conduziram os moradores do Parque Ateneu que chegou no caminho; mesmo assim, não desanimaram: foram a pé, debaixo da chuva. A Assembléia foi cedida por

iniciativa do deputado estadual Ronaldo Jayme, aprovada pela totalidade dos deputados da Casa. Em seu contundente pronunciamento, Ronaldo Jayme ressaltou a importância da livre organização partidária e também a contribuição dos comunistas à vida política nacional. Por sua vez, Luiz Alberto Soyer frisou que "o governador apóia de maneira decidida a legalização do Partido Comunista".

Um comovido minuto de silêncio homenageou os comunistas e democratas que tombaram na luta pela liberdade. Outro momento emocionante foi a entrega de buquês de flores, por membros da UJS, a dona Maria Gomes dos Santos, mãe de Divino Ferreira Nunes, "desaparecido" na Guerrilha do Araguaia, e a dona Maria dos Santos Batista, mãe de Marco Antônio Dias Batista, jovem secundarista goiano assassinado pela ditadura.

João Amazonas, último orador da noite, sublinhou o caráter democrático do ato e da legalização do PC do B, que deve ter o direito de pregar livremente suas idéias. "É isso — disse — que nós queremos fazer, sempre desejamos fazer. Aqueles que acreditam que os comunistas gostam do subterfúgio da liberdade podem ser muito românticos, mas na verdade os comunistas sempre lutaram pelo direito de se expressar à luz do dia, de defender suas idéias." Amazonas recebeu, das mãos do vereador Etvaldo Alves, a "Comenda José Porfirio" — conferida pela Câmara Municipal de Goiânia para homenagear aqueles que se destacam na luta pela democracia e pela liberdade.

Encerrando o ato, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Eurico Barbosa, afirmou que "os comunistas brasileiros estão a um passo da recuperação de toda a sua liberdade para poder organizar-se legitimamente através de seu partido político".

O arcebispo de Goiás, Dom Tomás Balduino, que compareceu à Assembléia no dia seguinte para debater a questão fundiária, afirmou que sua presença no ato pró-legalidade do PC do B não foi possível "devido a afazeres de ordem particular; caso contrário, gostaria de estar presente, pois aquela sessão foi sem dúvida um momento de amadurecimento político dos homens públicos de Goiás".

Maranhão

Em São Luís do Maranhão, o ato pela legalidade realizou-se sexta-feira, dia 20, na sede da Federação dos Trabalhadores na Indústria, Fetiema, com a presença de mais de 400 pessoas.

Manifestaram-se o deputado estadual Haroldo Sabóia, representando o PMDB, o doutor Jackson Lago, presidente regional do PDT, Luís Carlos Cintra, vice-presidente do PT, o deputado estadual Alberico e o deputado federal João Alberto, ambos do PFL, Helena Heuly, da Comissão de Justiça e Paz, os presidentes da Fetiema, Raimundo Cavalcante, e da Fetaema (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Maranhão), Francisco, além do membro da Comissão pela Legalidade do PC do B, Dilermando Toni. Compareceram ainda vários outros parlamentares, dirigentes de diversos Sindicatos de Trabalhadores da cidade e do campo.

Durante seu discurso, Dilermando Toni lembrou o exemplo de luta de comunistas maranhenses como Rui Frásio, assassinado pela ditadura no início da década de 70, e como Nonatinho, lavrador abatido a tiros em setembro passado, vítima da grilagem e do latifúndio.

Sergipe

Em Aracaju, a manifestação, com a presença do PMDB, PDT, PTB, PT, entidades sindicais e estudantis, parlamentares e populares, lotou o auditório da Ordem dos Advogados do Brasil-seção Sergipe. O representante da OAB, Carlos Brito, defendeu que "o direito à legalidade do PC do Brasil e demais correntes é uma exigência democrática". Já o presidente do Sindicato dos Bancários, Abraão Crispim, que compôs a mesa representando os sindicalistas sergipanos, destacou a participação do PC do B na luta pela democracia e pelo socialismo. E o presidente do DCE da UFSE, Carlos Roberto, disse que "os estudantes nunca reconheceram a ilegalidade do PC do B, mas consideram ilegal a fome, o entreguismo, a tentativa de implantação do ensino pago por um governo ilegítimo".

O representante da Comissão pela Legalidade, Álvaro Vilela, afirmou que o partido conquistou nas ruas o direito à legalização. "Sempre acreditamos e lutamos pela democracia — disse — sem perder de vista o socialismo que é o futuro da humanidade".

No Ceará, após o grande ato do dia 22 em Fortaleza (ver TO nº 210), a Câmara Municipal de Fortaleza realizou quinta-feira, dia 28, uma sessão solene pela legalidade de todos os partidos. O autor do requerimento foi o vereador Francisco Lopes, líder do PMDB. E também em Iguatu, cidade com 120 mil habitantes, no interior do Estado, transcorreu na Câmara dos Vereadores um debate com o tema "Constituinte e legalidade dos partidos brasileiros à clandestinidade".

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, o ato de terça-feira, dia 2, foi considerado um sucesso absoluto. O